

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS SERTÃO
LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA

LEONEIDE DOS SANTOS SILVA

**SENTIDOS E USOS DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO DE
ÁGUA BRANCA PELA POPULAÇÃO LOCAL NO TEMPO
PRESENTE**

DELMIRO GOUVEIA / AL

Janeiro / 2018

LEONEIDE DOS SANTOS SILVA

**SENTIDOS E USOS DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO DE
ÁGUA BRANCA PELA POPULAÇÃO LOCAL NO TEMPO
PRESENTE**

Trabalho de Conclusão de Curso – TCC apresentado ao Curso de Licenciatura da Universidade Federal de Alagoas, Campus do Sertão, como requisito para a obtenção do título de Graduada em História - Licenciatura.

Orientador: Prof. Msc. Gustavo Manoel da Silva Gomes

DELMIRO GOUVEIA / AL
Janeiro / 2018

S586s Silva, Leoneide dos Santos
Sentidos e usos do patrimônio histórico de Água Branca pela
população local no tempo presente / Leoneide dos Santos Silva. –
2017.

57f. : il.

Monografia (História) – Universidade Federal de Alagoas,
Delmiro Gouveia, 2017.

Orientação: Prof. Me. Gustavo Manoel da Silva Gomes.

1. Água Branca. 2. Patrimônio. 3. Sertão Alagoano.

I. Título

CDU 338.48



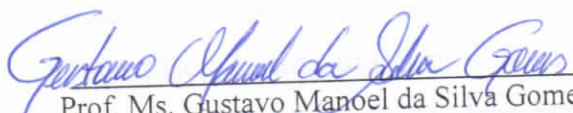
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS DO SERTÃO
CURSO DE HISTÓRIA LICENCIATURA




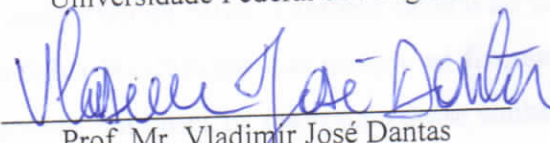
TERMO DE APROVAÇÃO

O Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado, **SENTIDOS E USOS DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO DE ÁGUA BRANCA PELA POPULAÇÃO LOCAL NO TEMPO PRESENTE** elaborado por **Leoneide dos Santos Silva** foi aprovado por todos os membros da Banca Examinadora com nota **9,5**, cumprindo as exigências para obtenção do título de Licenciada em História.

BANCA EXAMINADORA:


Prof. Ms. Gustavo Manoel da Silva Gomes
Universidade Federal de Alagoas


Profa. Ms. Simone Arestides de Lima
Universidade Federal de Alagoas


Prof. Mr. Vladimir José Dantas
Universidade Federal de Alagoas

Dedico este trabalho aos meus familiares, principalmente para minha Mãe, Zuleide dos Santos Silva e minhas filhas, Emilly Vitória da Silva Nascimento e Maria Sophia da Silva Nascimento, aos meus irmãos e minha única irmã, Leandro dos Santos Silva, Leonardo dos Santos Silva, Léo Jaime dos Santos Silva, Lailson dos Santos Silva e Laíze dos Santos Silva e meu pai Cicero Constantino da Silva. Também dedico ao meu esposo José Hildo da Silva Nascimento que sempre se fizeram presentes em minha jornada, em busca da realização desse sonho. Meu muito obrigado a TODOS.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, que nos concede diariamente infinitas bênçãos. Agradeço a meu Orientador pela paciência que durante todo o tempo teve comigo, aos meus familiares que me apoiaram nesse longo caminho, que trilhei. Meus sinceros agradecimentos à todos os meus professores. Muito obrigado minhas filhas, meu esposo, meus irmãos e minha amada mãe e meu pai.

Me recordo no momento em que fui procurar Gustavo Gomes, estava perdida, sem direção, sem apoio, sem um caminho para seguir, e meu amigo, assim considero com toda paciência e dedicação me recebeu de braços abertos, e assim apontou uma direção para seguir. Dando todo o suporte necessário para que essa pesquisa tivesse o início, meio e o resultado em que chegou.

Por diversas vezes pensei em desistir, mas eu tive o apoio incondicional, da minha família, minhas filhas inocentes Emilly de apenas dois anos e Maria de um aninho, com a sabedoria de criança, mesmo sem dizer nenhuma palavra, me davam forças, para continuar.

Meu sincero agradecimento a meu orientador que não desistiu da minha pesquisa, e que me apoiava nos momentos em que fraquejei, nos momentos em que não me sentia capaz de prosseguir, mas sempre tive meu cantinho de refúgio, que muitas vezes me isolei da pesquisa, da vida social, da minha família. E nesse momento só Deus, com suas infinitas graças, e minha família me resgatava.

Aos meus colegas que durante todos o Curso, estivermos reunidos como uma grande família.

À todos que torceram por mim, para chegar até aqui.

Em especial a professora Adriana Deodato, que tive o prazer de ser bolsista e contribuir durante o projeto de pesquisa.

A todos os professores que deram o melhor de cada um para que pudéssemos formar nosso pensamento crítico.

Pela troca mútua de conhecimento que aconteceram durante todo o Curso, entre os colegas e amigos. E os professores que foram e continuarão sendo mediador do conhecimento e peças chaves para que o conhecimento continue.

Muito obrigado as todas as pessoas que contribuíram para a realização dessa pesquisa na cidade de Água Branca, que também é minha cidade.

Muito obrigado!

RESUMO

O açúcar foi durante muito tempo o principal produto da colônia portuguesa. O sertão por ser uma região com diferentes climas proporcionou o cultivo da cana-de-açúcar e conseqüentemente a pecuária que durante muito tempo esteve interligada com a plantação da cana-de-açúcar. E a escravidão que também foi um dos fatores recorrentes, para a formação econômica e social do sertão. Porém para esse processo de colonização do Nordeste brasileiro, os rios foram indispensáveis por oferecer em seu vale terras propícias para o cultivo dos produtos de subsistência, onde a monocultura da cana-de-açúcar esteve presente em larga escala e a criação de gado. A presença escrava nas regiões dos sertões brasileiro foram intensas para a atender as plantações de cana. Assim como os engenhos, as fazendas construídas no período colonial, também foram erguidas construções de casas, Igrejas, praças que simbolizavam e simbolizam o poder econômico da época, que tornaram-se monumentos históricos com valores afetivos, simbólicos que nos remota para uma determinada época cujos os valores são atribuídos aos monumentos pela representatividade do objeto. Esse contexto de patrimônio, nos levantou algumas inquietações no âmbito do sentimento de perda / preservação, e conseqüentemente nos possibilitou a construir importantes passos para a historiografia aguabranquense. Para o desenvolvimento desta pesquisa, sobre os patrimônios históricos na cidade de Água Branca, tomamos como referências pesquisadores que discutem a sociedade rural do açúcar, o sertão, as leis municipais, o conhecimento popular sobre o que é patrimônio, a relação da população com os bens tombados.

Palavras chaves: Água Branca; Sertão Alagoano; Patrimônio.

ABSTRACT

Sugar was for a long time the main product of the Portuguese colony. The sertão as a region with different climates provided the cultivation of sugarcane and consequently the livestock that for a long time was interconnected with the sugarcane plantation. And slavery, which is also one of the recurring issues, for the economic and social formation of the sertão. However, for this process of colonization of the Brazilian Northeast, the rivers were indispensable for offering in their valley propitious lands for the cultivation of the subsistence products, where a monoculture of the sugar cane was present in large scale and a cattle raising. The slave presence in the regions of the Brazilian sertão were intense to serve as cane plantations. Just like the mills, as farms built in the colonial period, were also erected constructions of houses, churches, squares that symbolized and symbolized the economic power of the time, which became historical monuments with affective, symbolic values that remote us to a time of a period whose values are attributed to monuments by the representativeness of the object. This patrimony context has raised some uneasiness with no right to the feeling of loss / preservation, and consequently enabled us to construct important steps for the historiography of Aguabranquense. For the development of the research, on historical heritage in the city of Água Branca, we take as references researchers who discuss a rural society of sugar, or backwoods, such as municipal laws, popular knowledge about heritage, a relation of population assets.

Keywords: White Water; Sertão Alagoano; Patrimony.

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| 1. INTRODUÇÃO | 10 |
| 2 FORMAÇÃO DE ALAGOAS NO CONTEXTO DA COLONIZAÇÃO DOS SERTÕES DO BRASIL | 13 |
| 3 FORMAÇÃO HISTÓRICA DE ÁGUA BRANCA, SERTÃO DE ALAGOAS..... | 26 |
| 4 FORMAÇÃO DE UMA MEMÓRIA OFICIAL PELO PATRIMÔNIO | 36 |
| 4.1 ÁGUA BRANCA E SEU PATRIMÔNIO MATERIAL | 42 |
| 4.2 GRÁFICO QUANTITATIVO..... | 49 |
| 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 53 |
| 6 REFERÊNCIAS | 55 |

INTRODUÇÃO

Durante o século XVI a produção açucareira foi a principal atividade econômica da colônia portuguesa. Mas ela não foi a única, pois dividia espaço com outras atividades menores, como a criação de gado. Os rebanhos de bovinos, durante muito tempo dividiu espaço com os canaviais, mas ao longo dos anos houve a necessidade de explorar outras regiões. Diante dessa necessidade as regiões de sertões foram sendo “invadidas” pelo gado e conquistado e ocupado por donos de engenhos e fazendeiros, mas antes esse espaço que estava vazio aos olhos dos colonizadores foi sendo ocupados por elementos indesejados dos centros urbanos. Mas já existiam os nativos dos sertões.

Portanto o sertão foi a opção mais viável, tanto para a Coroa Portuguesa, como para os fazendeiros, que viam nas terras a possibilidade de expandir os negócios. Foi nesse contexto em que teve início o processo de povoamento dos sertões.

A maioria das pessoas que eram enviados para o sertão, eram pessoas pobres que não tinham profissão e nem ofício específico. Esses colonizadores que não estavam adequados aos parâmetros da sociedade colonial, eram “punidos”, sendo enviados para o sertão, justamente por ser um lugar distante do litoral. Como esse espaço estava “vazio” poderia receber esse contingente populacional. Dando origem à uma sociedade colonial “mista”. Esses habitantes que povoaram os sertões eram também escravos fugidos, negros libertos, pequenos artesãos entre outros. O sertão por ser um grande espaço vazio oferecia diversas opções de expansão começando por suas faixas litorâneas e avançando sertão à dentro.

O processo de expansão econômica se deu no sertão brasileiro alavancado basicamente por dois fatores; o cultivo da cana-de-açúcar, e o pastoreio.

O gado foi sendo introduzidos nos sertões para avançar as fronteiras, as expedições de reconhecimento, tornando-as mais acessíveis, devido as veredas feitas pelas boiadas. Além do gado, os sertões foram palcos de grandes engenhos e do fluxo da escravidão como em todo o território brasileiro. Os escravos trazidos para o Brasil foram muitos, um número incalculável, e nessa época os sertões também receberam escravos para trabalhar nas plantações, que eram as principais atividades econômicas, juntamente com o pastoreio, que não exigiam uma grande quantidade de mão-de-obra, mas o escravo

estava presente principalmente os Estados da Bahia e Pernambuco, onde o fluxo foi mais intenso.

A plantação da cana e a criação de gado, foram dois fatores importantes para a economia colonial, e os rios por sua vez também, foram decisivos e primordiais para que a cultura tivesse êxito.

O período de expansão da economia colonial foi fundamental para que se fundassem fazendas, vilarejos e cidades que testemunham a formação das sociedades mistas dos sertões, possibilitando assim constituir um considerável acervo histórico e patrimonial que representam através dos seus monumentos uma determinada época.

Esta pesquisa tem como objetivo analisar o processo de formação de uma memória e história oficial através da seleção de bens patrimoniais preservados pela gestão pública, a fim de problematizar que tipo de história, de sujeitos e de monumentos históricos se contam a partir da visibilidade dada pela gestão pública do patrimônio local. Questionamos qual a noção de patrimônio e de memória coletiva que incide na catalogação municipal do tipo de bens patrimoniais reconhecidos e valorizados pelo poder público.

No 1º momento desta pesquisa é apresentado o processo de formação dos sertões de Pernambuco, com vistas especiais à comarca de Alagoas, dando ênfase na criação de gados e dos canaviais que foram indispensáveis para que a colonização dessa região, gerando conflitos e alterando paisagens, compondo construções culturais testemunhadas pelo patrimônio.

No 2º momento é abordada a formação da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Água Branca, partindo da chegada da família Vieira Sandes para essa região, que vieram atraídos pelas riquezas naturais das quais a região ofertava, apontando os principais fatores econômicos da cidade, que durante muito tempo girava em torno dos grandes engenhos de açúcar e das fazendas de gados. E conseqüentemente compreender a formação da sociedade aguabranquense partindo do pressuposto de que a economia da cidade movimentava através da mão-de-obra escrava.

No 3º momento desta pesquisa foi dedicado aos monumentos “de pedra e cal”¹ construído no passado, identificando os monumentos escolhidos como de destaque na história da formação aguabranquense e problematizando como essas escolhas produzem memórias oficiais que, dificilmente dizem respeito às memórias dos contingentes subalternos que fazem parte dessa história. Para este capítulo foram analisados, as Leis Municipais de Tombamento de N° 388/96 e 447/01, que dispõe sob o processo de tombamento.

Há muitas pesquisas no campo da história patrimonial, onde autores buscam proteger, as memórias, os bens culturais, arquitetônicos, arqueológicos, históricos, entre outros elementos que podem representar a nossa sociedade, através desses elementos que foram construídos com pedra e cal como também construídos pela natureza. Portanto há uma preocupação mundial em proteger a memória de um povo, uma cultura, os monumentos, entre outros elementos que venham representar no presente o passado de uma sociedade.

Espera-se com essa produção textual contribuir para uma melhoria nas relações da comunidade / patrimônio, através da conscientização das práticas preservacionistas para atender assim um contingente populacional maior. A criação de políticas públicas, para capacitação de profissionais que atuem como mediador, das informações essenciais para o processo de tombamento, como a sociedade pode atuar dentro desse processo, como agentes ativos e conhecedores de seus direitos e deveres.

¹ De acordo com Regina Abreu e Mário Chagas, os bens de pedra e cal são os bens materiais, como igrejas, fortes, pontes, chafarizes, prédios e conjuntos urbanos representativos de estilos arquitetônicos específicos.

ABREU, Regina. Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos / Regina Abreu e Mário Chagas (orgs.) – 2. ed.- Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. 320 p.: il.

1 – A FORMAÇÃO DE ALAGOAS NO CONTEXTO DA COLONIZAÇÃO DOS SERTÕES DO BRASIL.

Durante o século XVI a produção açucareira se tornou a principal atividade econômica da colônia portuguesa. Mas ela não era a única. Coexistindo com produções agrícolas menores, ela dividia espaço também com a criação de gado. Porém, tanto o rebanho quanto o plantio da cana-de-açúcar necessitavam de grandes áreas para a produção. Com o aumento da exportação da cana-de-açúcar, houve a necessidade de encontrarem-se outras terras para o gado. Foi nesse contexto que teve início o povoamento dos sertões.

O povoamento dos sertões não aconteceu de forma linear, pois havia diferentes formas e ritmos de penetração e intenção por parte dos entradistas² em colonizar os sertões do norte do Brasil. Assim, deram-se as instalações dos engenhos para o plantio dos canaviais e criação de gado ao longo das faixas litorâneas e do interior.

A busca de novas pastagens levou os fazendeiros de gados para o interior da atual região Nordeste, onde surgiram postos avançados de povoação no sertão. Duas regiões podem ser consideradas zonas de irradiação da pecuária. A primeira era Olinda, de onde o gado se expandia para o interior de Pernambuco e Paraíba, daí se espalhando pelos campos do Piauí e Maranhão. A criação de gado atendia a um mercado específico: os engenhos de cana-de-açúcar. A segunda zona de irradiação era Salvador, na Bahia, em direção ao Rio São Francisco e espalhando pelo seu vale.³

Havia muitos interesses políticos e econômicos em se fomentar a colonização dos sertões do Brasil. Tanto por parte da Coroa, visando expansão e proteção de seus

² Para Costa e Farias, os entradistas eram os colonizadores que partiram de Olinda para ocupar o Sertão de fora, “mas também defender esta imensa costa setentrional dos franceses que se faziam presentes e ocupavam o Maranhão.

COSTA, Antônio Albuquerque da. **Formação Territorial do Brasil** / Antônio Albuquerque da Costa; Paulo Sérgio Cunha Farias. - Campina Grande: EDUEP, 2009 p. 385.: il.

³ **Expansão e Ocupação Territorial.**

<http://www.colegioacademia.com.br/admin/professor/arquivos-up1/7-aulas-26.pdf>.

(acesso 02 fevereiro 2017). A artigo produzidos por docentes da Instituição privada, cujo a autoria é unicamente da Rede Institucional.

territórios, como das elites e donatários que viam naquilo a possibilidade de aquisição de novas terras. Para Kalina Vanderlei Paiva da Silva:

a conquista do interior continental das capitanias do norte do Estado do Brasil reveste-se, assim, de muitos significados: para a Coroa significava expansão territorial; para as elites coloniais, a criação de novas possibilidades de aquisição de terras e títulos; para a Igreja, a abertura de novas fronteiras para a catequese; para as tribos americanas, a perda de território e o desagregação social.⁴

No imaginário português, os sertões possuíam aspecto de espaço vazio, selvagem, com grande potencial econômico a ser conquistado e civilizado. A palavra sertão de acordo com Vanderlei “parece ser um termo oriundo de *desertão*, de *deserto*: Não o deserto físico, mas o espaço onde há um vazio de súditos da Coroa portuguesa. Palavra talvez originada no século XV, sua etimologia é obscura, sendo seu primeiro significado talvez *interior*, ou seja, o espaço longe da costa”⁵

Mas naquele projeto de expansão territorial não participaram somente famílias das elites portuguesas. Homens de negócios, senhores de engenhos e aristocratas dividiam as águas da experiência colonizadora dos sertões ao lado de escravos indígenas e africanos, homens pobres livres, vaqueiros, vadios e criminosos foram alguns dos tipos que colonizaram os sertões instalando fazendas e lutando contra grupos de indígenas do interior.

Muitos daqueles personagens eram oriundos dos centros urbanos, porém, certamente já possuíam alguns nativos oriundos das próprias regiões sertanejas que, talvez desconheciam totalmente o litoral; enquanto que os homens das vilas litorâneas que eram enviados para os sertões desconheciam aquelas terras ermas.

Para muitos vadios⁶ e criminosos, por exemplo, o sertão funcionava mais como forma de punição, devido o distanciamento inóspito da Costa e conseqüentemente dos grandes centros urbanos.

⁴ SILVA, Kalina Vanderlei da Paiva. '**Nas Solidões Vastas e Assustadoras**: os pobres do açúcar e a conquista do sertão de Pernambuco nos séculos XVII e XVIII. TESE apresentada ao programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2003. p. 188

⁵ Idem. Op. Cit. p. 180.

⁶ De acordo com a historiadora SILVA, os *vadios* eram descritos como vagabundos; pessoas que não possuíam patrão e nem ofício dentro da estrutura social canavieira, ou seja, essa camada social que não possuíam emprego fixo e era constituída muitas vezes “por ex-escravos libertos, ou branco inválidos que se entregam a mendicância”. Op. Cit. p. 125.

A ideia de ocupação dos sertões surge como uma “tábua de salvação” da grande Metrópole, pelo fato, dessas terras receberem elementos indesejados dos centros urbanos e também veem os sertões como possibilidade de expandir a economia e consequentemente desafogar os centros urbanos, enviando para esses espaços, os *vadios* e os criminosos entre outros. A autora segue descrevendo as características desses indivíduos que não optam pelo trabalho, no caso os *vadios* e os inválidos,

mas não são apenas os inválidos que fazem parte desse grupo. Na verdade, a invalidez justifica a mendicância, que por sua vez é bem vista por esse imaginário por incentivar a caridade cristã. O contingente sobre o qual é posto o epíteto de *vadio* é composto, normalmente, pelos desocupados saudáveis que, do ponto de vista dos discursos dominantes, optam pela vagabundagem.⁷

Dentro da sociedade colonial açucareira, nas camadas mais desfavorecidas livres, haviam dois grupos distintos de um lado os pobres e do outro os *vadios*. Para Paiva da Silva “há uma distância nítida entre esses grupos”: o pobre perante a sociedade colonial era útil, por ser um roceiro, um lavrador, até mesmo um pequeno proprietário de terras, essa camada populacional era a base da pirâmide do poder, por oferecer sua força de trabalho ao sistema. Por sua vez os *vadios*, eram elementos à parte, por serem “os desocupados, o pedinte, o bandido, o elemento considerado improdutivo, intolerado pelo sistema”⁸. Mas a Coroa vê nesses *vadios*, personagens que podem ser úteis para o processo de colonização dos sertões, então “procura inseri-lo em seus planos de colonização”. Para Silva,

a principal utilidade social que a Coroa dá a seus *vadios* é torná-los soldados burocráticos. Nas vilas canavieiras da América portuguesa, enquanto os pobres lá que são forçosamente recrutados nas tropas burocráticas instituição desprestigiada e mal vista pela sociedade.⁹

⁷ SILVA, Kalina Vanderlei da Paiva. **'Nas Solidões Vastas e Assustadoras: os pobres do açúcar e a conquista do sertão de Pernambuco nos séculos XVII e XVIII.** TESE apresentada ao programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2003.

Idem. Op. Cit. p. 125.

⁸ Ibidem. Op. Cit. p. 125

⁹ Idem. Op. Cit. p. 130

O sertão assumia então, no pensamento português, um caráter de “terra livre”, era um “espaço vazio” que ficava longe da costa e do litoral. Portanto, era o espaço apropriado para a expansão do comércio, da pecuária, da guarda das fronteiras e para isso precisava unir aos interesses privados e da Coroa, o recrutamento utilitário e barato de pessoas “improdutivas” tornando-as produtivas.

Para Kalina Vanderlei Paiva da Silva o sertão apresentava-se como um espaço novo:

O sertão é um espaço novo para a população das vilas canavieiras, apesar de não todo desconhecido. Se por um lado, a maioria dos homens que participam da conquista do sertão, sendo artesãos, *vadios*, elementos urbanos, poderia nunca ter estado longe das vilas, por outro lado, a idéia de sertão existe no imaginário dominante de sua sociedade desde o século XVI, não lhes sendo totalmente desconhecido.¹⁰

Segundo Silva, “o contraste entre o sertão e o litoral, é criado no imaginário dominante na área do açúcar, perdura mesmo depois do interior ser colonizado, passando o sertão então a ser considerado um lugar de gente pobre, ignorante e preguiçosa”.¹¹

Por outro lado o sertão também era visto como, “o melhor lugar para viver”. Os sertões possuíam uma amplitude, que até então não era conhecida, era um espaço que se imaginava desocupado, pelo fato de ser afastada do litoral e conseqüentemente dos centros urbanos. Desconsiderava-se a possibilidade de encontrar indígenas naquelas regiões.

Para os autores Costa e Farias, Olinda teve um papel fundamental na ocupação do sertão, onde ambos apontam a importância,

através de duas correntes pecuaristas que partiram desse importante centro colonial. Uma corrente que tomando o sentido Sul chegou à margem direita do rio São Francisco, por onde seguiu rio acima para povoar o Sertão Pernambucano. Uma outra grande corrente se direcionou para o Norte e chegou até o Pará.¹²

¹⁰ SILVA, Kalina Vanderlei da Paiva. **'Nas Solidões Vastas e Assustadoras:** os pobres do açúcar e a conquista do sertão de Pernambuco nos séculos XVII e XVIII. TESE apresentada ao programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco. . Recife, 2003 p. 188

¹¹ Idem. Op. Cit. p. 190

¹² COSTA, Antônio Albuquerque da. **Formação Territorial do Brasil** / Antônio Albuquerque da Costa; Paulo Sérgio Cunha Farias. - Campina Grande: EDUEP, 2009 p. 385.: il. p. 04

De acordo com Meneses os engenhos expandiram a partir de Olinda, onde a autora concluiu que,

os engenhos se expandiram a partir de dois pontos: de Olinda (que era o principal núcleo urbano da Colônia no século XVI) para o sul, até Penedo e para o norte, até Goiana, chegando até Paraíba e o Rio Grande do Norte; de Salvador a cultura da cana se expandiu para todo o Recôncavo Baiano.¹³

O “sertão de dentro”¹⁴ foi sendo povoado, primeiramente em sua margem esquerda, devido à expansão baiana, atravessando o rio São Francisco, enquanto do outro lado a expansão pernambucana desbravava e conquistava o “sertão de fora”¹⁵, chegando ao litoral da Paraíba e do Rio Grande do Norte e conseqüentemente o interior, onde ambas as correntes, tanto a baiana quanto a pernambucana acabaram se encontrando no Ceará. A expansão do gado, automaticamente abria caminho para expandir-se ao longo das faixas litorâneas e do interior dos Estados, da Bahia, Alagoas, Pernambuco, Piauí e Paraíba. Os caminhos percorridos pelo gado, tornaram-se vias acessíveis para que os colonizadores adentrassem nos sertões nordestinos. “Esse papel de suporte as rotas fez com que muitos dos povoados e arrais do sertão de dentro acabassem florescendo, não

¹³ MENESES, Catarina Agudo. **A cultura do Açúcar: uma herança dos os antigos engenhos de Alagoas**. Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, V ENECULT. Faculdade de Comunicação / UFBA, Salvador-Bahia-Brasil, 2009. p. 04

<http://www.Cut.ufba.br/enecut2009/19486/.pdf>

(acesso 20 de janeiro de 2017)

¹⁴ O Rio São Francisco é um dos maiores rios da região, cruzando os Estados da Bahia, Pernambuco, Alagoas e Pernambuco. O Sertão de dentro, de acordo com Dantas, havia uma “ligação com o mercado de Salvador e seu Recôncavo, mas também do movimento das boiadas que desciam do Piauí e dos viajantes que vinham de Pernambuco a Salvador”. Ou seja, o Sertão de dentro correspondia a extensa região ao longo das margens do Rio São Francisco, na direção dos Estados do Piauí e Maranhão.

DANTAS, Mônica Duarte. **Povoamento e Ocupação do Sertão de dentro baiano (Itapicuru, 1549-1822)**. PENÉLOPE, Nº 23, 2000, 9 – 30 p. 14

<https://academia.edu/.../POVOAMENTO-E-OCUPAÇÃO-DO-SERTAO-DE-DENTRO...pdf>. (acesso 20 de janeiro de 2017)

¹⁵ O sertão de fora, corresponde aos Estados da Bahia, Pernambuco e Paraíba. Os autores Costa e Farias apontam, “uma importante corrente pecuarista que partiram de Olinda para o sertão de fora, tomando o sentido Sul chegando a margem direita do rio São Francisco, para onde seguia rio acima para povoar o Sertão pernambucano”, e dessa forma foi povoando os sertões do Rio Grande do Norte e do Ceará, até chegar ao Sertão da Paraíba.

COSTA, Antônio Albuquerque da. **Formação Territorial do Brasil** / Antônio Albuquerque da Costa; Paulo Sérgio Cunha Farias. - Campina Grande: EDUEP, 2009 p. 385.: il. p. 04

só devido à criação de gado, mas também com a produção de gêneros agrícolas, destinado ao próprio consumo...”.¹⁶

Cortez aponta uma das principais vias de acesso, onde a autora aponta que,

um primeiro aspecto a pensar sobre a entrada num território desconhecido é a utilização de fronteiras e percursos ‘naturais’. É sabido que os rios geralmente eram por eles tratados e imaginados como estradas. Percorrer a região a ser explorada acompanhando a extensão das correntes de água parecia a atitude mais adequada a esses viajantes.¹⁷

Os rios, ou melhor as margens dos rios eram a única via possível, para que tivesse uma penetração, comunicação e transporte de uma localidade a outra. De maneira que, os colonizadores tivessem os rios como as possíveis vias de acesso para uma penetração e reconhecimento espacial dos “novos” territórios redescobertos, “além do que a proximidade de água podia garantir a sobrevivência de pessoas e animais, os rios não só indicavam e abriam o caminho do interior, como ainda forneciam preciosos elementos para a fixação do colonizador”¹⁸

De acordo com José Vieira Camelo Filho, “o rio São Francisco serviu de via para o transporte de alimento (milho, feijão, carne seca, rapadura, farinha) destinado do suprimento das minas de ouro; por ele seguiam escravos e garimpeiros vindos de outras regiões”¹⁹. O sertão de dentro tinha um papel importante “não só das vias locais de ligação com o mercado de Salvador e seu Recôncavo, mas também do movimento das boiadas que desciam do Piauí e dos viajantes que vinham de Pernambuco a Salvador”.²⁰

¹⁶ DANTAS, Mônica Duarte. **Povoamento e Ocupação do Sertão de dentro baiano (Itapicuru, 1549-1822)**. PENÉLOPE, Nº 23, 2000, 9 – 30 p. 13
<https://academia.edu/.../POVOAMENTO-E-OCUPACAO-DO-SERTAO-DE-DENTRO...pdf>. (acesso 20 de janeiro de 2017)

¹⁷ CORTEZ, Ana Isabel Parente. **Os caminhos sertão à dentro: vias abertas por nativos e estradas de ribeiras no Ceará no século XVIII**. Revista Latina – Americana de História. Vol. 2, nº.8 – outubro de 2013. PPGH. Unisinos p. 144

¹⁸ CORTEZ, Ana Isabel Parente. **Os caminhos sertão à dentro: vias abertas por nativos e estradas de ribeiras no Ceará no século XVIII**. Revista Latina – Americana de História. Vol. 2, nº.8 – outubro de 2013. PPGH. Unisinos p. 144

¹⁹ FILHO, José Vieira Camelo. **A dinâmica política, econômica e social do rio São Francisco e do seu Vale**. Revista do Departamento de Geografia, 17 (2005) p. 83-93

<https://www.cchla.ufrn.br/geoesp/arquivos/ArtigoAmbiente5%E3oFrancisco.pdf>

²⁰ DANTAS, Mônica Duarte. **Povoamento e Ocupação do Sertão de dentro baiano (Itapicuru, 1549-1822)**. PENÉLOPE, Nº 23, 2000, pp. 9-30, p. 14.

O caminho aberto pelos nativos do interior, obedeciam algumas regras, regras essas que ao longo do percurso eram notadas, galhos retorcidos e quebrados dando forma de veredas, ou seja, abrindo a pastagem nativa, para melhor locomoção, mas mantendo o aspecto rústico das pastagens, porém com a chegada dos primeiros colonizadores o cenário rústico e estreito permaneceram do mesmo jeito no primeiro momento, pelo fato dos colonizadores reaproveitar as veredas, para fazer expedições, para o reconhecimento do território, situando-se nas margens dos rios.

O caminho aberto pelos índios e também pelo gado, foram as primeiras vias de acesso e transporte para a comercialização dos produtos produzidos nos sertões de dentro e de fora. Para que esses produtos produzidos no interior, chegassem as alfândegas, teriam que passar por uma série de burocratização, que dificultava a saída para a comercialização fora das fronteiras, de difícil acesso, faziam com que os produtores sonegassem impostos, burlassem as leis que regiam os portos, além de ser uma das estratégias das quais os produtores se apoiavam para que seus produtos fossem colocados no comércio sem que tenham passado pelo processo de escoamento da produção dos portos. Esses comerciantes que burlavam a lei, conheciam outras vias de acesso, que não passava necessariamente pelos portos.

As arrecadações dos impostos da dízima da alfândega, era direcionado para o fortalecimento da Capitania de Pernambuco, por tanto, “todas as mercadorias deveriam ser despachadas nos portos”, porém haviam alfândega “pequenas e sem capacidade de recolha das mercadorias que adentravam no Porto de Recife”.²¹

De acordo com Andrade,

o Rio São Francisco teve um papel primordial na ocupação dos sertões, na condução dos gados e no acesso as minas, os seus três principais afluentes da margem — Caririnha, Corrente e Grande — também exerceram importante função na penetração para o Além— São Francisco e, conseqüentemente, no estabelecimento dos primeiros núcleos de povoamento, a sede das principais formações urbanas é possível verificar que a traçado das vias fluviais, mesmo as inavegáveis, coincide com a localização das vilas e cidades locais”.²²

<https://academia.edu/.../POVOAMENTO-E-OCUPAÇÃO-DO-SERTAO-DE-DENTRO...pdf>. (acesso 20 de janeiro de 2017)

²¹ ALMEIDA, Luanna Maria Ventura dos Santos. **O imposto da dízima, o contrato e os caminhos e descaminhos na alfândega de Pernambuco na primeira metade do setecentos** / Luanna Maria Ventura dos Santos; Suely Creuza Cordeiro de Almeida. ANAIS II Encontro Nacional de História do Sertão (ENHS) Delmiro Gouveia, 13 a 16 de Outubro de 2015 – ISSN 2525-5274.

²² ANDRADE, Adriano Bittencourt. **A ocupações dos sertões no século XVIII: O caso do Oeste Baiano**. GEOSUL, Florianópolis, v. 28, n. 55, p. 77 – 102 jan./ jun. 2013 p. 91

A principal atividade econômica do Oeste baiano, eram basicamente a “mandioca, cana, fumo, milho, arroz, feijão, algodão, mineradores, criadores de gado e a existência de um comércio regular em unidades construídas ou feiras livres”.²³

Além dos canaviais os sertões do norte brasileiro também foram palcos das grandes fazendas onde se criavam gados, devido as condições climáticas que favoreciam a implantação deste tipo de propriedade. O clima seco e quente era propício para que o gado se expandisse rapidamente de sertão adentro, porém no período de longa estiagem os proprietários corriam o risco de perderem todo o rebanho, ou seja, as secas prolongadas e a escassez de águas e alimento eram fatores que poderiam dizimar os rebanhos.

De acordo com os autores Costa e Farias “o clima também condicionou a própria organização espacial das fazendas nos sertões, pois os rios que serviam de caminho para a ocupação da caatinga eram também a fonte de água para o gado e para a população, através das cacimbas cavadas em seus leitos secos”.²⁴

Os rios desempenhavam um papel fundamental para a ocupação dos sertões, eram o caminho para a comercialização dos produtos tropicais, uma rota comercial, e, conseqüentemente uma rota de fuga, para os escravos índios e africanos, além de oferecer nas margens um solo fértil. Os rios por mais que fossem temporários ou permanentes eram e são uma via de mão – dupla, era o caminho para as negociações dos produtos tropicais, como também a fonte de água para os rebanhos e para a população sedenta.

De acordo com Diegues Júnior, “os rios não eram somente os vales férteis, através de cujas margens gostosamente se estendiam, como se estendem ainda hoje; eram também os caminhos, por onde as canoas ou as barcaças navegavam, fazendo o comércio do açúcar”.²⁵ As primeiras políticas de povoamento em defesa das terras sertanejas foram privilegiando primeiramente as margens dos rios por ser um dos fatores estratégicos para o povoamento, justamente pela facilidade que os rios ofereciam para o transporte da produção e também a dos insumos.

Contudo, o Sertão como um todo, não foi forjado apenas por fazendeiros ou por *vadios* e criminosos. A presença indígena e negra nos sertões não se limitou às

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/viewFile/21775230>.

²³ Idem. Op. Cit. p. 93

²⁴ COSTA, Antônio Albuquerque da. **Formação Territorial do Brasil** / Antônio Albuquerque da Costa; Paulo Sérgio Cunha Farias. - Campina Grande: EDUEP, 2009 p. 385 .

²⁵ DIEGUES JÚNIOR. **O banguê nas Alagoas**: traços do sistema econômico do engenho de açúcar na vida e na cultura regional. Rio de Janeiro: IAA, 2002. 318 p.

incursões particulares financiadas pelas famílias ricas. O sertão era também espaço de refúgio dos africanos e de indígenas que fugiam em busca de liberdade. O sertão de acordo com Kalina Vanderlei Paiva da Silva “vai tomando, assim a feição de um espaço de fuga e liberdade”²⁶

O sertão construído a partir do imaginário de uma “massa” excluída dos centros urbanos, uma população que não estavam adequados aos parâmetros de uma sociedade composta por elites, por uma nação leiga cujos hábitos, costumes, regras entre outros valores estavam acima de toda a “massa” empobrecida. Esses “habitantes” que conquistaram e colonizaram os sertões eram escravos fugidos, criminosos, artesãos entre outros elementos que não faziam parte dos grandes centros urbanos. Uma região que aos poucos foi sendo ocupada e tomando feição de um espaço que podia receber um grande contingente populacional.

Neste contexto, a região que compreendemos hoje como Alagoas pertencia ao sul de Pernambuco, sob administração de Duarte Coelho que serviu como espaço de defesa e ao mesmo tempo de terras a serem doadas aos aliados da família Albuquerque.²⁷

Segundo Lira, “o povoamento de Alagoas iniciou-se no século XVI, concentrando sua população em Porto Calvo, Alagoas do Sul, Alagoas do Norte, Penedo e Atalaia”²⁸. De acordo com o autor, o povoamento de Alagoas começou a partir do momento em que as famílias se beneficiavam com doações generosas de terras, onde Duarte Coelho foi um dos “contemplados”, com uma grande quantidade de terras, e, o primeiro colonizador das terras “alagoana”, onde plantou a cana-de-açúcar e procurou escravizar os índios. Para Caetano, a região que corresponde a Alagoas iniciava-se com a concessão das sesmarias à Duarte Coelho, doada por D. João III, em 1534, correspondendo a “Sessenta léguas de terra [...] as quais começarão no rio São Francisco [...] e acabarão no rio que cerca em redondo toda a Ilha de Itamaracá, ao qual

²⁶ SILVA, Kalina Vanderlei da Paiva. 'Nas Solidões Vastas e Assustadoras' – Os pobres do açúcar e a conquista do sertão de Pernambuco nos séculos XVII e XVIII. TESE apresentada ao programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2003.

²⁷ CAETANO, Filipe Antônio “Como Serve para Amparo de seus Leais Vassallos, Esperamos a Grandeza de sua Real Magestade ...”: Estrutura Política e Constituição Administrativa na Comarca das Alagoas (Séculos XVII-XVIII). Artigo para o Encontro de História. <http://ufal-geac.com.br/wp-content/uploads/Antonio-Fillipe-Pereira-Caetano-Encontro-de-Hist%C3%B3ria-Cear%C3%A1-Como-Serve-para-Amparo-de-seus-Leais-Vassallos.pdf>. Acesso em 12 de março de 2014

²⁸ LIRA, Fernando José de. **Formação da riqueza e da pobreza de Alagoas/** Fernando Lira. - Maceió: EDUFAL, 2007. 320 P. p. 13.

ora novamente ponho nome rio [de] Santa Cruz [...] e ficará com o dito Duarte Coelho a terra da banda Sul”²⁹

De acordo com o autor Fernando José de Lira, Alagoas foi praticamente povoada por aproximadamente dez famílias, cujos líderes tinham por “obrigações” povoar as terras que lhe foram doadas através de benefícios e concessões e, sobretudo cultivar, dando origem a sua formação geográfica, que a princípio foi em volta dos rios e lagoas, onde o solo era mais fértil e as terras mais produtivas. O autor conclui, que

o senhor de engenho está no núcleo da formação econômica, social e política do Estado, portanto a história do açúcar, em Alagoas, confunde-se com a própria história da sua formação. A formação e o crescimento dos principais municípios do Litoral, da Zona da Mata, do Baixo São Francisco a até do novas terras, aumentando a produção de açúcar e pecuária.³⁰

A região do norte do Brasil no período colonial, principalmente a região alagoana se desenvolveu através do quadro rural onde destacou a criação de bovinos, e, o plantio da cana-de-açúcar, principal fator econômico da região.

Outro elemento importante para a demarcação de Alagoas, segundo Caetano é “o espaço de Penedo [que] demarcou a introdução do sertão e o aumento da exploração do extremo sul da Capitania de Pernambuco”, ou seja, os “limites mais intensos que percorreriam o rio São Francisco. Sua elevação a condição de Vila somente se deu em 1636, sob o controle flamengo, dotando-a de uma liberdade na gestão administrativa”.³¹ Caetano, fundamenta a formação de Alagoas, quando afirma que “nesta primeira etapa (1534-1630), a região “alagoana” seria identificada em seu princípio pela menção ao Rio de São Francisco, marco de um dos espaços ocupacionais do território”. E o autor segue complementando o seguinte,

²⁹CAETANO, Filipe Antônio. “**Existe uma alagoas colonial?**” Notas Preliminares sobre os conceitos de uma Conquista Ultramarina. Revista Crítica Histórica – CPDHIS- Centro de pesquisa e documentação Histórica. ISSN 2177-9961.

<http://www.revista.ufal.br/criticahistorica/attachments/article/53/Existe%20uma%20Alagoas%20Colonial.pdf>. Acesso 1 de março de 2014. p. 2 800

³⁰ LIRA, Fernando José de. **Formação da riqueza e da pobreza de Alagoas/** Fernando Lira. - Maceió: EDUFAL, 2007. 320 P. p. 14

³¹ CAETANO, Filipe Antônio. “**Existe uma alagoas colonial?** ” Notas Preliminares sobre os conceitos de uma Conquista Ultramarina. Revista Crítica Histórica – CPDHIS- Centro de pesquisa e documentação Histórica. ISSN 2177-9961.

<http://www.revista.ufal.br/criticahistorica/attachments/article/53/Existe%20uma%20Alagoas%20Colonial.pdf>. Acesso 13 de março de 2014. p. 07

o primeiro passo para o desenho dos chãos “alagoanos” deu-se com a fundação de Penedo, em 1570 [...]. Devido a uma grande presença indígena [que] se desenvolveria ali uma colonização sertaneja, com poucas plantações, elevada criação bovina e uma forte presença religiosa³²

E através da definição geográfica alagoana, o autor conclui que “a região “alagoana” seria identificada em seu princípio pela menção ao Rio São Francisco, marco de um dos espaços ocupacionais do território. [...], a delimitação do ambiente vai ser resultado da política de controle das conquistas”³³

A produção do açúcar e a economia colonial estão intimamente ligados por se constituir através dos engenhos, fazendas e pequenas propriedades que cultivavam a cana para a produção do açúcar e seus derivados, e conseqüentemente a pecuária que estava inserida nos engenhos para auxiliar na produção. Por tanto, a cultura da cana e a pecuária tiveram que se adaptar aos diferentes climas, o Brasil possui o clima favorável para as diversas plantações, das mais variadas possíveis e Alagoas não seria diferente, com matas tipicamente seca, mas também possui áreas úmidas, com regiões propícias, para que o cultivo da cana tivesse êxito, foram utilizados recursos maciço da mão de obra servil, incluindo os indígenas e a acima de tudo os africanos.

As políticas administrativas das Alagoas em 1706 eram restritas basicamente em contribuições de cargos na câmara local e nas funções militares, ou seja, todos os indivíduos que estavam na câmara tinham alguma patente militar, as câmaras também desenvolviam cargos que podiam absorver os habitantes das localidades, o que automaticamente produziam uma elite e uma nobreza local dotada de poderes, e, disposta a lutar pelos ofícios ofertados nas regiões.

Apoiando em estudo de Caetano, o historiador Filipe Antônio Caetano (2009) afirma que em 1706,

³²CAETANO, Filipe Antônio. “**Existe uma alagoas colonial?**” Notas Preliminares sobre os conceitos de uma Conquista Ultramarina. Revista Crítica Histórica – CPDHIS- Centro de pesquisa e documentação Histórica. ISSN 2177-9961.

<http://www.revista.ufal.br/criticahistorica/attachments/article/53/Existe%20uma%20Alagoas%20Colonial.pdf>. Acesso 13 de março de 2014. p 07

³³ Idem. p. 07

para uma melhor organização administrativa da capitania pernambucana, a coroa portuguesa resolveu criar a Comarca de Alagoas, visando, também, agilizar as atividades jurídicas e políticas. A nova divisão administrativa reuniria o que se convencionava chamar de “Sul de Pernambuco”, ou seja, as regiões de Porto Calvo, Penedo e Santa Maria Madalena (Alagoas do Sul).³⁴

Só com a criação da Comarca de Alagoas do Sul é que a elite local, agora despreendida da elite pernambucana, começa ter uma aproximação direta com a Coroa Portuguesa, fato que agilizava as atividades judiciais e políticas locais. Este fator, ainda segundo Caetano, ajudou a formar um sentimento de identidade local alagoana³⁵ em diferenciação à antiga identidade pernambucana. Ainda que inicialmente forjando uma identidade diferenciada para si, a elite alagoana permanece na rede de jogos de poder político e econômico presente em todo o projeto colonizador do Brasil. Na sociedade colonial, as elites valiam-se de diferentes estratégias, como uma política de alianças, a fim de garantir sua posição e cargos no topo da pirâmide da “hierarquia econômica e administrativa da colônia”. A esta regra não fugiu também a elite alagoana do século XVIII.

O açúcar foi o produto mais importante que se constitui em meio ao setor econômico colonial, onde ficou conhecido como o “ciclo do açúcar”. De acordo com Carolina Ramos a “Zona da Mata Nordestina e o Recôncavo Baiano” foram os principais polos dessa atividade. A autora conclui que, “a cana-de-açúcar marcou decisivamente os três primeiros séculos da nossa história – a economia, a sociedade e a cultura”.³⁶

Foi neste contexto político, social e econômico do período colonial que se desenvolveram o povoamento dos sertões de dentro, seguindo o leito do Rio São Francisco e de seus rios tributários; tendo como pauta o fortalecimento do comércio da cana de açúcar e da pecuária, a efetivação da colonização portuguesa por vastos territórios a serem explorados; a legitimação das famílias de elite, representantes das

³⁴ CAETANO, Filipe Antônio. **Alagoas colonial: Identidades, sociedade e particularidades**. IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA. DOI 10.4025.cih.pphuem.508. ISSN.2175-6627 <https://www.pph.uem.br/cih/anais/trabalhos/508.pdf>. Acesso em 25 de março de 2014.

³⁵ Para Caetano quando se pensa em identidade, está-se deparando com um dos conceitos mais melindrosos para historiador, principalmente em se tratando do período colonial, onde os elementos de identificação eram conturbados, emaranhados e diversificados. É um conceito que se exige cuidado no manuseio, mas ainda assim, Caetano defende a tese de que a emancipação política da Capitania de Pernambuco ajudou a forjar um nascente sentimento de identidade alagoana.

³⁶ RAMOS, Carolina. **Projeto Inventários de Bens Culturais Imóveis: Desenvolvimento Territorial dos Caminhos Singulares do Estado Rio de Janeiro**. Departamento do Patrimônio Cultural e Natural / INEPAC, 2004. <https://www.Sebraerj.com.br/custon.pdf/cam/açucar/00-caminhoDoaçucar-Full.pdf>

ações da Coroa Portuguesa; a um mosaico de sujeitos que se difundiu sertões a dentro; à busca de emancipação política da Capitania pernambucana. Paulatinamente, ao longo dos séculos XVII, XVIII e XIX, as paisagens dos sertões foram tomando outras formas, extinguindo ou aldeando indígenas; estabelecendo fazendas, currais, vilas, povoados; fincando engenhos de cana de açúcar.

2 – A FORMAÇÃO HISTÓRICA DE ÁGUA BRANCA, SERTÃO DE ALAGOAS.

A cidade de Água Branca está localizada no alto sertão alagoano. De acordo com Feitosa, “com uma altitude de 570 metros acima do nível do mar”. A cidade foi fundada por volta de 1860, com a chegada dos primeiros colonizadores, que eram “membros da família Vieira Sandes, oriundos de Itiúba, pequeno povoado próximo de Porto Real do Colégio, em Alagoas”³⁷, que, conforme explica o autor, de lá teriam vindo atraídos pelas riquezas naturais da região. A formação econômica da cidade Água Branca se deu através da dinâmica rural, devido, sua localização afastada da costa, proporcionando assim atividades agrícolas e pecuárias, dando continuidade a um longo processo de colonização dos sertões.

De acordo com o autor Caio Prado Júnior “a rapidez com que se alastram as fazendas no sertão nordestino se explica, de uma parte, pelo consumo crescente do litoral onde se desenvolvia ativamente a produção açucareira e o povoamento”³⁸, cujo poder econômico estava centrado no êxito rural, no cultivo da cana-de-açúcar e na criação de gado. Para Lira “o senhor de engenho vai se transformando num símbolo da propriedade”³⁹, ou seja, quanto mais terras o proprietário possuir mais poderosos se torna. A posse de terras eram símbolos de poder político e econômico, porém para Lira, “ser um grande proprietário e bem-sucedido significava plantar cana e possuir engenho de açúcar”⁴⁰. Mas a terra por si só, não significava poder, se não a tornar-se produtiva.

Esse modelo de sociedade centralizada, principalmente nos grandes engenhos e fazendas, chegou a confundir-se com o próprio latifúndio, ou seja no molde da família patriarcal, tendo como principal mão de obra a do escravo negro, sendo que também foram escravizados os nativos, no início da colonização. Mas a possibilidade de descoberta de uma nova colônia⁴¹, estimulava a Coroa portuguesa a enviar para o Brasil novas expedições para que houvesse efetivamente o processo de colonização nas faixas

³⁷ FEITOSA, Edvaldo de Araújo. **Água Branca: história e memória.** / Edvaldo de Araújo Feitosa. Maceió, EDUFAL, 2014 p. 153

³⁸ PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil.** São Paulo, Editora Brasiliense.

³⁹ LIRA, Fernando José de. **Formação da riqueza e da pobreza de Alagoas/** Fernando José de Lira. p. 17

⁴⁰ Idem. op. Cit. p. 17

⁴¹ LIRA, Fernando José de. **Formação da riqueza e da pobreza de Alagoas/** Fernando José de Lira. p. 9

litorânea, e o do interior, “no sentido de consolidar a presença portuguesa em território brasileiro”.

Segundo Feitosa, até o século XVII o território de Água Branca pertencia à Mata Grande, da qual se constituiu por muito tempo um distrito judiciário. Já Mata Grande, por sua vez, pertencia à Comarca de Paulo Afonso. Em 1º de junho de 1864 foi criada a freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Água Branca, subordinada à Diocese de Penedo pela lei nº 413. O povoado de Água Branca foi emancipado em 24 de abril de 1875, sendo elevado à condição de Vila⁴². Porém, devido às divergências políticas, a sede do município foi transferida para a povoação da Várzea do Pico, onde se realizava as grandes feiras de gado. Lugar também que durante muito tempo serviu de pouso para as boiadas vindas de municípios alagoanos e pernambucanos para se refazerem, das longas travessias.

Só então em 1º de junho de 1895 a sede passou definitivamente a ser Vila de Água Branca e somente em 02 de junho de 1919, através da Lei nº 805, a vila passa à categoria de cidade de Água Branca.⁴³

Mas antes da vila passar a ser a cidade de Água Branca, foi nomeada de Matinha de Água Branca e Mata pequena, porém o nome Água Branca foi o “escolhido”, supostamente devido as limpas fontes de águas cristalinas que a vila possuía. Para Feitosa “o nome Água Branca originou-se de um conjunto de fontes naturais com límpidas águas existentes na região”⁴⁴.

Em meados do século XIX a economia do país baseava-se na agricultura e na pecuária, onde a população tirava seu sustento, a criação de gado e o plantio da cana-de-açúcar foram dando forma aos engenhos e as pequenas engenhocas⁴⁵ onde faziam o mel, a rapadura e a aguardente. A economia do país era alicerçada, basicamente em dois fatores; a cana-de-açúcar que era destinada para a moagem, ou seja, para a produção do açúcar, a rapadura e o mel, e, o gado que direta, ou, indiretamente eram a fonte de renda para a população, que conseqüentemente geravam empregos diretos no mercado informal, também serviam como força motora para os engenhos que funcionavam basicamente com a atração animal e também dos escravos.

⁴² FEITOSA, Edvaldo de Araújo. **Água Branca: história e memória** / Edvaldo de Araújo Feitosa. - Maceió: EDUFAL, 2014. p. 153. p. 23

⁴³Idem . p. 27

⁴⁴ Ibidem. op. Cit. 27

⁴⁵ Nome usado para designar engenho de pequeno porte.

Além da cana-de-açúcar, e da criação de gado, outros produtos também eram produzidos na região norte. De acordo com Maíra Michelle Pereira da Silva, havia também o “plantio de cultura de subsistência como: milho, feijão, mandioca, e outras, pelo plantio de cana-de-açúcar para a agroindústria e pequenos criatórios como: bovinocultura, caprinocultura, ovinocultura”⁴⁶.

A cidade centenária, do alto sertão alagoano está,

geograficamente marcada por duas zonas geográfica diferentes: a Serra, que ocupa cerca de um terço da área territorial com suas terras argilosas e acidentadas onde desenvolvem as lavouras de cana-de-açúcar, mandioca e cereais; e a Caatinga ondulada, terreno de constituição arenosa com todas as características de região sertaneja, onde se encontram as principais fazendas de criação de gados, que ainda prevalecem atualmente, mas não representa grande expressão econômica como no início de sua construção⁴⁷.

A economia de Água Branca atualmente, não gira em torno dos engenhos e nem mesmo da criação de gado, mas ainda possui alguns engenhos e fazendas funcionando. De acordo com a autora Pereira da Silva, “hoje no município é possível encontrar engenhos em funcionamento”⁴⁸, mas a quantidade é menor comparado, a quantidade que existia durante o século XIX, na freguesia de Nossa Senhora da Conceição em Água Branca, no século XIX a freguesia chegou a possuir aproximadamente “trinta engenhos que eram movidos a atração animal”⁴⁹.

Atualmente esse número é menor, apresentando-se “com um novo perfil tecnológico destinado a associações, com a produção de: rapadura, açúcar mascavo, mel e cachaça”⁵⁰, de acordo com a autora, no município de Água Branca existe alguns engenhos que ainda estão funcionando entre eles são; “engenho Cristo Rei, engenho São

⁴⁶ Silva, Maíra Michelle Pereira da. **Estratégias negras em Água Branca: Notas para uma história da escravidão na freguesia de Nossa Senhora da Conceição/ Água Branca nos sertões das Alagoas (1864-1865)**. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de História, Licenciatura. Delmiro Gouveia, 2015. p. 25

⁴⁷ Idem. Op. Cit. 25

⁴⁸ Idem, ibidem, op. Cit 27

⁴⁹ Ibidem. op. Cit. 27

⁵⁰ Silva, Maíra Michelle Pereira da. **Estratégias negras em Água Branca: Notas para uma história da escravidão na freguesia de Nossa Senhora da Conceição/ Água Branca nos sertões das Alagoas (1864-1865)**. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de História, Licenciatura. Delmiro Gouveia, 2015. p. 27.

Lourenço, engenho Alto da Boa Vista e engenho Padre Cícero”⁵¹. A cidade se constituiu em meio ao setor canavieiro e pecuário, sendo que a concentração da terra, estava centralizada nas mãos de poucos senhores de engenhos e fazendeiros, dentro dos quais se destacaram na fundação da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição foram: “Dr. Luíz de Siqueira Torres, Abel de Siqueira Torres, Misseno de Siqueira Torres, Possidônio Vieira Sandes, Lourenço Bezerra de Mello, José Alexandre, Enoque Rodrigues, Antônio Bezerra da Silva (Antônio Boi) entre outros”⁵².

Esses foram alguns dos “grandes” latifundiários do município; dos quais utilizavam-se, da mão de obra dos rendeiros, as pessoas que não possuíam terras. Uma das estratégias usadas pelos donos de engenhos e fazendeiros, era basicamente, se aproveitar dos rendeiros que, diante da necessidade, tinham que aceitar as condições impostas pelo proprietário da terra, para que tivessem uma pequena área para o cultivo dos produtos de subsistência, em troca de um dia de serviço prestado para o proprietário da terra, no caso para o senhor de engenho ou fazendeiro, ou seja, o dono da terra “dava” uma pequena área de sua propriedade para os rendeiros produzir e tirar seu sustento, mas tinham que pagar pelo uso da propriedade, em troca da terra, os rendeiros “pagavam com um dia de serviço em seus canaviais e engenhos, a cada quinze dias”⁵³

A Freguesia de Água Branca, foi inserida dentro de um espaço distante da costa do mar, e dentro desse espaço foram abrigando-se “índios, escravos, e desbravadores”, cujos interesses eram diversos. O colonizador quando se transfere de um lugar para o outro, não é apenas para produzir o necessário para sua subsistência, eles procuram as melhores condições, para que sua produção possa “alcançar um excedente que se destina ao mercado”⁵⁴. “A produção para o mercado apareceu ainda na época da comunidade primitiva, já na fase de sua desintegração. Contribuiu para isso a divisão do trabalho entre a agricultura e o pastoreio”⁵⁵

O tráfico negreiro, movimentava a economia da época, o trabalho servil era a força que movimentava, os grandes centros urbanos, assim como também as grandes fazendas de gados e as plantações da cana-de-açúcar, além de oferecer seus trabalhos como

⁵¹ Silva, Maíra Michelle Pereira da. **Estratégias negras em Água Branca: Notas para uma história da escravidão na freguesia de Nossa Senhora da Conceição/ Água Branca nos sertões das Alagoas (1864-1865)**. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de História, Licenciatura. Delmiro Gouveia, 2015. p. 27

⁵² Ibidem. Op. Cit. p. 27

⁵³ Op. Cit. p. 27

⁵⁴ SODRÉ, N, W. **Formação histórica do Brasil**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976. P. 70

⁵⁵ Idem. Op. Cit. p. 82.

negros de ganho, domésticos e outros afazeres que também ofertavam. Era comum ver escravos nas ruas trabalhando como negro de ganho. A escravidão automaticamente moldou condutas, posturas entre outros valores e etiquetas. O tráfico negreiro por muito tempo foi um dos negócios mais lucrativo da época, pois viam nos escravos sobretudo nos africanos, meras mercadorias e acima de tudo uma mão-de-obra barata.

A sociedade colonial brasileira foi moldada para atender basicamente aos parâmetros de um país que estava seguindo o modelo europeu. A região norte não poderia ser diferente, precisamente Alagoas, que estava passando por um processo de “transição”, cuja, economia baseava-se na monocultura e na pecuária. Água Branca, também foi alicerçada no trabalho forçado, e, escravizado.

Para o plantio dos canaviais era utilizada uma grande quantidade de mão de obra escrava, que fossem os negros, os índios ou até mesmo os nativos da região, de acordo com Feitosa, a “mão de obra escrava em Água Branca foi intensa, assim como em todo o norte brasileiro”⁵⁶.

A produção açucareira em Alagoas não era tão hegemônica, principalmente a partir das mudanças que foram operadas, no âmbito econômico. Mais foram as bases para a consolidação da primazia e do poder nesse setor escravista. Como já havia mencionado anteriormente sobre, a formação histórica da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Água Branca, onde foi alicerçada em dois fatores básicos; o primeiro fator foi o da expansão do gado e o segundo a plantação dos canaviais.

A expansão do gado, foi ancorada pelo pastoreio, ou seja, na criação de gado, no qual a ocupação das terras era extensiva, enquanto que os canaviais também precisavam de espaço para o cultivo, dessa forma, foram dando origem aos engenhos e a uma sociedade, em cujos os poderes estavam concentrados nas mãos dos senhores de engenhos e fazendeiros, os quais representavam diante da sociedade o símbolo de poder.

A “colonização” do povoamento da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Água Branca, iniciou-se com a chegada da família Vieira Sandes, e, Siqueira Torres em 1860, porém já havia a existência de nativos na região. Mas a ocupação efetiva, começou no momento em que as terras foram ocupadas pelas famílias, que vieram com o objetivo de explorar as riquezas naturais da região, e, conseqüentemente introduzir a pecuária e os canaviais, além de ampliar a agricultura da região.

⁵⁶ FEITOSA, Edvaldo de Araújo. **Água Branca: história e memória** / Edvaldo de Araújo Feitosa. - Maceió: EDUFAL, 2014. p. 153.

As famílias que vieram para essas terras, de acordo com Feitosa, eram consideradas afortunadas, “marcada pelo apogeu de pessoas afortunadas, grandes latifundiários, fazendeiros e políticos da região”⁵⁷.

As principais figuras de Água Branca, conforme modelo da época, não só para Alagoas, mas todo o Brasil imperial, eram símbolos do poder hierárquico, onde o senhor de engenho ocupava uma representação de núcleo político, social e familiar.

Portanto, o senhor de engenho não era apenas o chefe de sua propriedade. Seu prestígio dominava todo o espaço que o cercava. Ele gerava um modelo de desenvolvimento que definiu as linhas básicas de um sistema de produção, baseada na grande propriedade e no escravo que, após a sua libertação, marcou definitivamente a história do Estado”⁵⁸.

O autor Edvaldo de Araújo Feitosa, em seu livro dedicado a História de Água Branca, traz colaboradores, que de acordo com o autor, ouviram dizer que o Barão e a Baronesa não utilizavam maus-tratos, para com os escravos. Mas se tratando de uma época em que as bases eram alicerçadas na escravidão, e, que os senhores exigiam obediência e lealdade de seus escravos, fica pouco provável a não utilização de quaisquer atos que não fosse maus-tratos.

As pessoas que colaboraram para a realização deste trabalho ouviram de seus antepassados que o Barão e Baronesa de Água Branca não utilizavam maus-tratos, chicotes ou até mesmo pelourinho como castigo, mas confessaram, sim a utilização de mão de obra em suas atividades domiciliares, urbanas e rurais⁵⁹.

Fica pouco provável que as principais figuras de Água Branca, não tenham se utilizado de métodos para obrigar seus cativos a trabalharem, aos quais exigiam obediência plena.

⁵⁷ FEITOSA, Edvaldo de Araújo. **Água Branca: história e memória** / Edvaldo de Araújo Feitosa. - Maceió: EDUFAL, 2014. p. 153.

⁵⁸ LIRA, Fernando José de. **Formação da riqueza e da pobreza em Alagoas** / Fernando José de Lira

⁵⁹ FEITOSA, Edvaldo de Araújo. **Água Branca: história e memória** / Edvaldo de Araújo Feitosa. - Maceió: EDUFAL, 2014. 153 p. : il. p. 16

Para Maíra Michelle Pereira da Silva, é necessário fazer “uma reflexão sobre como estão contando a história da escravidão dentro da freguesia de Água Branca”⁶⁰, ao mencionar que há alienação por parte dos colaboradores que tornam a narrativa “pacífica” sobre a escravidão, é no sentido de que é impossível não ter sido usado maus-tratos, pelourinho, chicotes, ou qualquer outro objeto de tortura da escravatura, principalmente, porque a sociedade era ancorada na escravidão e no trabalho forçado.

Essa expressão usada, para mostrar a importância dos escravos para os senhores, chama a atenção o fato, de o escravo ser as mãos e os pés, e, entanto, serem tratados de forma escravizada. De acordo com Feitosa “se o escravo era as mãos e os pés do senhor de engenho, [e] este, por sua vez, constituía-se em uma espécie de juiz supremo, sendo fazendeiro e proprietário da unidade produtiva, cujo objetivo era vender o açúcar ao mercado europeu”⁶¹. Então diante dessa expressão fica claro, o que importava para o proprietário, era a força de trabalho que os escravos ofereciam, para que seus excedentes fossem exportados para o mercado do exterior.

Para Stuart B. Schwartz, o senhor de engenho era visto como,

donos dos homens e da cana, os senhores de engenho procuravam concretizar o ideal senhorial em que a autoridade e a dominação eram amplamente exercidas sobre os dependentes sem a interferência externa do Estado. Possuíam essa autonomia relativamente irrestrita sobre seus familiares e dependentes, mas o governo e a justiça régia podiam intervir – e de fato o faziam – quando estava em jogo a autoridade da Coroa⁶².

A divisão da terra sempre foi um “problema”, na sociedade brasileira, principalmente pela grande concentração da mesma nas mãos de poucos, porém, a política de terra e a mão – de – obra sempre estiveram relacionadas, uma com a outra, principalmente no desenvolvimento da economia. Mas com o aumento da população, houve também a necessidade de expandir as áreas que ainda não haviam sido cultivadas, para fins comerciais e conseqüentemente houve uma redução na agricultura de subsistência.

⁶⁰ SILVA, Maíra Michelle Pereira da. **Estratégias negras em Água Branca: Notas para uma história da escravidão na freguesia de Nossa Senhora da Conceição/ Água Branca nos sertões das Alagoas (1864-1865)**. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de História, Licenciatura. Delmiro Gouveia, 2015. p. 25

⁶¹ FEITOSA, Edvaldo de Araújo. **Água Branca: história e memória** / Edvaldo de Araújo Feitosa. – Maceió: EDUFAL, 2014. p. 28

⁶² SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos internos: Engenhos e escravos na sociedade colonial. 1550 – 1835/** Stuart B. Schwartz: tradução Laura Teixeira Motta. – São Paulo: Companhia das Letras 1988.

Contudo, ainda assim, precisava-se de terras para serem cultivadas para a agricultura básica de subsistência, principalmente as terras menos exploradas, ou seja, parcialmente cultivada. Para que essas terras fossem cultivadas, seja para o plantio da cana ou dos produtos básicos de subsistências, ou até mesmo para as grandes fazendas de gado, foi necessário, uma demanda de mão-de-obra.

“A sociedade branca esperava desse homem escravizado fidelidade, obediência e humildade”⁶³, essas eram algumas das características fundamentais das quais os escravos deveriam ter, e, acima de tudo a fidelidade e a obediência para com o senhor. Portanto, para os escravos não havia muitas escolhas, mas, apesar da aparência em aceitar, as normas dos seus senhores, “não significava que não houvesse resistência ou conflitos internos”⁶⁴.

Os africanos, os indígenas, ou, os nativos que eram arrancados do seu “estado” natural e colocado em outro meio, com cultura, hábitos, normas e valores diferentes, esses homens sofriam mutações das quais o meio impõem, e, os africanos sobretudo, que eram trazidos e tratados das piores formas possíveis, sofriam com o processo de adaptação e com as exigências impostas pelo senhor, e “os que sobreviviam, precisavam se adaptar as duras condições de trabalho, às longas jornadas, à alimentação precária, aos maus-tratos e castigos. Essas eram as condições em que viviam”⁶⁵.

Os escravos de muitas maneiras resistiam, mesmo sob a ameaça constante do chicote, do pelourinho, e de outros métodos que eram adotados para torturar os escravos que se rebelavam ou não cumpriam as suas tarefas. Outras formas de resistência que os negros faziam, era corpo mole no trabalho, quebravam as ferramentas, incendiavam as plantações, entre outras maneiras das quais eles encontravam para resistência. Dessa forma os escravos não aceitavam passivamente o destino que lhe eram dados.

Água Branca foi construída sobre a influência de famílias abastadas, de tradições hierárquicas, de uma economia rural, sustentada sobretudo na cana de açúcar e na pecuária, nas fazendas e engenhos, embora houvesse outras formas de produção econômica locais. É nesse local e sob estes aspectos que se construíram os primeiros bens patrimoniais aguabranquenses.

Os bens materiais construídos e deixados pelos primeiros colonizadores na Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Água Branca, são obras construídas através do

⁶³ GUILLEN, Isabel. **500 anos Um novo mundo na TV.** / Isabel Guillen. Silvia Couceiro. - / Brasília: MEC. Secretaria de Educação a Distância. 2001. p.06.

⁶⁴ Idem. Op. Cit. 06

⁶⁵ Idem. Op. Cit. p. 07.

trabalho escravizado. De forma que, no momento do auge da cana, e, das fazendas de gados os senhores fizeram construções grandiosa, no sentido de que a demanda pela mão-de-obra era grande e barata, e os custeios para as construções tornavam-se barato, pois o escravo como diz o ditado popular: É pau para toda obra. O negro trabalhava em todas as profissões, do alicerce a carpintaria da construção.

As construções coloniais trazem em sua arquitetura, por si só, traços de um período de muitas faces. Faces no sentido de que a sociedade era dividida em grupos. De um lado, os favorecidos pelas riquezas, os afortunados e do outro lado, os desfavorecidos pelo sistema, os marginalizados, os escravos. Água Branca também não ficou de “fora” desse sistema de divisão. Assim como todo o território brasileiro. Ainda nos dias de hoje há essa divisão hierárquica, onde quem tem o poder aquisitivo pode mais. A desigualdade é um problema que a sociedade infelizmente alimenta no cotidiano.

O período colonial sem dúvida traz traços marcantes, principalmente nas construções edificadas, são marcas que perpassam as gerações, com traços peculiares de uma época em que as construções traziam em sua arquitetura símbolos, detalhes folheados a ouro entre outros, próprio da época, como forma de mostrar o seu poder sob os menos favorecidos.

A riqueza exuberante da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição, está no cartão postal da cidade, ou seja, na Igreja Matriz um dos patrimônios público da cidade. Porém, há vários outros patrimônios públicos. Mas, há outras riquezas naturais na região, além de seus patrimônios materiais.

Por traz das construções, há sempre a presença dos negros, dos nativos, dos indígenas, que trabalharam arduamente para que hoje essas construções estivessem erguidas, mas são personagem esquecidos, por tanto é como se não tivessem existido, suas marcas foram atos menos importante para a sociedade, não há registro dos feitos de uma massa que muito fez, para dá forma a essa sociedade. O pobre, o negro, o ex-escravo, são personagem que fizeram história, mas os heróis são outros. A presença dos pobres, são desnecessárias, tanto que não preservam e até culpam justamente por fazer parte dessa massa populacional. A população pobre foi e é uma camada que alimentou (a) o sistema.

A presença da classe dos desfavorecidos nos engenhos e fazendas foram primordiais, e foram personagens principais e fundamentais para que os engenhos e fazendas tivessem êxitos.

A população aguabranquense no período colonial e imperial, não resumia em pessoas de famílias afortunadas, também existiram personagens de poucos recursos que também marcaram época, a exemplo dos personagens que sempre estiveram compondo a base da sociedade, como os negros libertos, os escravos e os demais personagens que foram essenciais para manter as bases sólidas da sociedade.

3- FORMAÇÃO DE UMA MEMÓRIA OFICIAL PELO PATRIMÔNIO.

Neste terceiro capítulo iremos, abordar as questões dos bens tombados na cidade de Água Branca, e quais são as memórias que querem preservar.

Para esta pesquisa, serão analisados os livros de Leis Municipais⁶⁶ da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Água Branca, a Ata de votação da Câmara Municipal de Vereadores da cidade de Água Branca⁶⁷. Ainda embasamos em teóricos que discutem a Noção de Patrimônio tanto na esfera pública como privada.

Diogo Meneses Costa aponta como surgiu a ideia de patrimônio, segundo o autor “a idéia surge pela primeira vez como uma concepção de passado que garantiria a continuidade de uma determinada cultura”⁶⁸. Porém já havia a noção de patrimônio, segundo o autor, para os romanos a noção de patrimônio era vista como um “bem privado e após o renascimento torna-se um bem público ...”.

O conceito de “patrimônio torna-se polissêmico, sendo definido de acordo com o lugar social ocupado pelo sujeito em um determinado momento ou contexto histórico”⁶⁹.

Primeiramente para que algo venha ser um patrimônio, é necessário atribuir valores de excepcionalidades e monumentalidades, ou seja, são valores dados nas práticas iniciais para a preservação dos bens culturais. A autora, Adriana Rodrigues de Jesus, aponta alguns conceitos básicos do processo de reconhecimento do bem a ser preservado.

⁶⁶ Ata de Votação da primeira Sessão Ordinária da Sessão Legislativa da Câmara municipal de Água Branca. Do 35º Livros de votação da Câmara Municipal

⁶⁷ Ata de Votação da primeira Sessão Ordinária da Sessão Legislativa da Câmara municipal de Água Branca. 9 de Abril de 2001.

⁶⁸ COSTA, Diogo Meneses. **Arqueologia Patrimonial: o pensar do construir**. Revista *Habitus*, v.2, p.333-360, 2004. P. 333

⁶⁹ SIMÕES, Maria de Lourdes Netto; Karoliny Dinis Carvalho. **Lugar de Memória e Política Pública de preservação do Patrimônio: Interfaces com o Turismo Cultural**. p. 02. VIII Seminário da associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo. Outubro/2011 – UNIVALI – Balneário Camboriú/ SC

Para ser eleito como patrimônio cultural, o bem passa pelo processo burocrático de reconhecimento que é dividido em três etapas: (1) Inventário; (2) Registro; (3) Salvaguarda. O INRC (Inventário Nacional de Referências Culturais) agrega uma metodologia de pesquisa do bem cultural, que reúne documentos, solicitação, pesquisa histórica, etc. Ele é norteado pelo conceito de referência cultural, exatamente para que o bem não seja apenas arrolado, mas sim compreendido a partir de sua pluralidade.⁷⁰

No Brasil, as bases para a constituição do campo do patrimônio, se deu no momento de muitas efervescências, principalmente no que tangia “as questões relativas à identidade cultural”, ou seja, “foi no período incerto e de turbulências políticas, sociais, econômica e culturais”⁷¹, principalmente no âmbito da política oligárquica cafeeira, a conhecida política café-com-leite.

O momento em que realiza as etapas de reconhecimento do bem, que pode ser material ou imaterial, tanto de caráter público ou privado, os bens ficam impossibilitados de sofrer qualquer alteração em sua estrutura original. Dessa forma,

bens públicos são todas as coisas materiais ou imateriais cujos titulares são pessoas jurídicas de direito público (entidades estatais, autarquias e fundações públicas) ou pessoas jurídicas de direito privado prestados de serviços públicos, quanto estes bens, na última hipótese, se encontrarem vinculados a prestação destes serviços públicos⁷².

Para Costa, “no Brasil de 1910 a idéia de patrimônio nasce impregnada por esta imagem de formação da nação, mas é constantemente ameaçada pelas concepções desenvolvimentistas”⁷³. A noção de patrimônio foi se modificando ao longo do tempo,

⁷⁰ RODRIGUES DE JESUS, Adriana. **As identidades em disputa no projeto de preservação do patrimônio imaterial no Brasil**. XXVIII Simpósio Nacional de História; Florianópolis – SC. Julho de 2015

⁷¹ COSTA, Diogo Meneses. **Arqueologia Patrimonial: o pensar do construir**. Revista Habitus, v.2, p.333-360, 2004. P.334.

⁷² MOURA BRAZ, Kennya Maria de. **Conceitos e características nos bens públicos**. Revista do Curso de Direito. Faculdade de Administração e Negócios de Sergipe. FANESE – Sergipe, ISSN: 2236-3173, vol. 5 nº 1 Outubro de 2015.

⁷³ MOURA BRAZ, Kennya Maria de. **Conceitos e características nos bens públicos**. Revista do Curso de Direito. Faculdade de Administração e Negócios de Sergipe. FANESE – Sergipe, ISSN: 2236-3173, vol. 5 nº 1 Outubro de 2015., p. 334.

“incorporando novos valores e perdendo antigos referenciais”, para Diogo Meneses Costa a “roupagem onde o monumento é [...] construído para representar o passado e não constituído para celebrar o presente”⁷⁴.

Para Le Goff o fato,

que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores⁷⁵.

Os valores são dados de acordo com a excepcionalidades e a época em que se constituíram, ou seja, um documento, um símbolo, um imóvel, ou qualquer coisa, só tem valor simbólico e afetivo, porque a sociedade procura manter as lembranças de uma época que consideram importante para a atualidade.

No Brasil, o conceito de patrimônio ganha fôlego com a elaboração do anteprojeto de Mário de Andrade, que elaborou Leis que pudessem preservar, defender os patrimônios artísticos nacionais, o anteprojeto de Andrade em sua essência, já possuía a preocupação em defender os bens culturais através do processo de tombamento. Para isso Mário de Andrade desempenhou um importante papel para a reforma da qual o anteprojeto abrangia. O propósito do anteprojeto era “fazer um levantamento das obras de pinturas, antigas e modernas de valor excepcional, existentes em poder de particulares ...”⁷⁶. Mas nesse momento o valor patrimonial era dirigido para as manifestações artísticas e religiosas, entre a cultura erudita e popular.

A busca pela preservação de alguns bens representativos, ganhou fôlego no Brasil a partir da década de 30, onde “visava proteger elementos da cultura erudita e popular,

⁷⁴ COSTA, Diogo Meneses. **Arqueologia Patrimonial: o pensar do construir**. Revista *Habitus*, v.2, p.333-360, 2004.

⁷⁵ LE GOFF, Jacques, 1924. **História e memória** / Jacques Lee Goff; tradução Bernardo Leitão ... [et al.] – Campinas, SP Editora da UNICAMP. 1990.

⁷⁶ SALADINO, Alejandra. **Prospecções na arqueologia brasileira: processos de resignificação e práticas de preservação do patrimônio arqueológico**. Trabalho apresentado na 26ª Reunião de Antropologia, realizada entre os dias 1 e 4 de junho de 2008, Porto Seguro, Bahia, Brasil. p.02

centrava-se em elementos que poderiam ser dignos de representar a chamada cultural-nacional”⁷⁷.

Mas por trás de qualquer bem tombado, há uma discussão e decisão político-ideológica, onde se reflete valores dos quais as simbologias devem permanecer para que possam retratar uma época ou uma determinada sociedade. A sociedade busca através da preservação e proteção dos bens construídos pelos seus antepassados, que pode ser material e imaterial, para que esses bens representativos, afetivos, simbólicos possam representar o passado, e a população venha ter uma nostalgia do que foi um dia. Para Le Goff, “a história não só deve permitir compreender o presente pelo passado... mas também compreender o passado pelo presente”⁷⁸.

Portanto a preservação e problematização de uma memória coletiva, é dever de todos. Principalmente, porque a memória oficial nos remete a um passado que nos mostra uma sociedade que por diversos motivos permanece em um imenso esquecimento, ou está representada por um passado destorcido. Diante disso, é necessário fazer uma minuciosa reflexão sobre a memória, os monumentos, os documentos entre outros elementos que possam representar o passado. Para que não possa cometer o erro de propagar uma história tampouco falsa, ou escrever história ocultando fatos verídicos, e enaltecendo feitos ilusório. A memória coletiva ou individual, segundo Le Goff, é muito importante, para o armazenamento de informações que podem ser de curto e longo prazo. Segundo o autor “entre as manifestações importantes ou significativas da memória coletiva encontra-se o aparecimento, no século XIX e no início do século XX de dois fenômenos”⁷⁹.

O autor aponta os dois fenômenos que são importantes para a formação da memória individual e coletiva. Segundo Le Goff, o primeiro evento significativo foi,

⁷⁷ SIMÕES, Maria de Lourdes Netto; Karoliny Dinis Carvalho. **Lugar de Memória e Política Pública de preservação do Patrimônio: Interfaces com o Turismo Cultural**. p. 02. VIII Seminário da associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo. Outubro/2011 – UNIVALI – Balneário Camboriú/ SC

⁷⁸ LE GOFF, Jacques, 1924. **História e memória** / Jacques Lee Goff; tradução Bernardo Leitão ... [et al.] – Campinas, SP Editora da UNICAMP. 1990. p. 18

⁷⁹ Idem, p. 401

a Primeira Guerra Mundial e a construção de monumentos aos mortos. A comemoração funerária encontra aí um novo desenvolvimento. Em numerosos países é erigido um Túmulo ao Soldado Desconhecido, procurando ultrapassar os limites da memória, associada ao anonimato, proclamando sobre um cadáver sem nome a coesão da noção em torno da memória comum.

O segundo é a fotografia, que revoluciona a memória: multiplica-a e democratiza-a, dá-lhe uma precisão e uma verdade visuais nunca antes atingidos, permitindo assim guardar a memória do tempo e da evolução cronológica⁸⁰.

Os eventos que revolucionam a noção de guardar, preservar, proteger uma memória oficial, ou anônima, depende unicamente da importância que ela representa para a sociedade e para as classes anônimas. Os bens, os túmulos, as fotografias, os documentos, ganham representatividades e valor sentimental e afetivo, por ser enunciador de uma memória que pode ser individual ou coletiva e por provocar sentimento de pertença. O sentimento de manter vivo as lembranças através de práticas preservacionistas são meios dos quais possibilitam a continuidade de um período, de uma época, de uma memória, que foram importantes e que representam através do presente o passado.

Alejandra Saladino, aponta a nova Constituição, enfatizando a importância da noção de patrimônio de acordo com o Art.134,

a nova Constituição Nacional de 1937 classifica a noção de patrimônio cultural brasileiro, constituído, de acordo com o Art. 134, pelos monumentos históricos, artísticos e naturais, assim, como as paisagens ou locais particulares dotados pela natureza⁸¹; identificava as instâncias federal, estadual e municipal como responsáveis pela sua proteção e cuidados especiais e alertava que os atendidos contra eles cometidos serão equiparados aos cometidos contra o patrimônio nacional. Então, as práticas de proteção asseguradas pelo Estado garantiam a preservação do patrimônio cultural ao passo que também lhe assegurava estatuto ideológico⁸².

⁸⁰ LE GOFF, Jacques, 1924. **História e memória** / Jacques Le Goff; tradução Bernardo Leitão ... [et al.] – Campinas, SP Editora da UNICAMP. 1990. p. 402

⁸¹ A Constituição de 1934 determinava apenas a preservação das belezas naturais. P. 04.

⁸² SALADINO, Alejandra. **Prospecções na arqueologia brasileira: processos de resignificação e práticas de preservação do patrimônio arqueológico**. Trabalho apresentado na 26ª Reunião de Antropologia, realizada entre os dias 1 e 4 de junho de 2008, Porto Seguro, Bahia, Brasil. p. 04

O bem material ou imaterial tombado, é impedido legalmente de ser destruído, mutilado ou sofrer qualquer alteração. Como o tombamento não implica necessariamente a “desapropriação, sequer deliberação sobre seu uso, tratava-se, isto sim, de ‘uma fórmula realista de compromisso entre o direito individual, à propriedade e a defesa do interesse público relativamente à preservação de valores culturais’”⁸³.

Além do compromisso dos órgãos competentes com o patrimônio, é importante a população está atenta aos monumentos tombados, para exercer a fiscalização, a preservação dos mesmos. Principalmente, por ser um bem público, onde a população deve ter o cuidado de preservar e proteger o patrimônio contra os danos cometidos contra o bem tombado, seja, natural, imaterial, ou de qualquer natureza. Mas que haja responsabilidade da população e dos órgãos competentes, em fiscalizar os bens tombados.

A Constituição Federal de 1988, no Art. 215. Diz que é obrigação do Estado garantir “a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso as fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais”. Portanto a defesa e a valorização do patrimônio cultural brasileiro dependem das ações do poder público que as conduzem, e, também da participação da sociedade na fiscalização e proteção dos bens tombados.

No Art. 216. Da Constituição Federal.

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II- os modos de criar, fazer e viver;

III- as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV- as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

⁸³ SALADINO, Alejandra. **Prospecções na arqueologia brasileira: processos de resignificação e práticas de preservação do patrimônio arqueológico.** Trabalho apresentado na 26ª Reunião de Antropologia, realizada entre os dias 1 e 4 de junho de 2008, Porto Seguro, Bahia, Brasil. p. 04

V- os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico⁸⁴.

Ainda no documento, “§ 1º- O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação”.

Todos esses processos de construções de uma memória oficial e coletiva a partir de vestígios do passado, que se reveste num processo de patrimonialização, é fruto de tensões e escolhas que privilegiam determinados valores, memórias, identidades e visões de mundo em detrimento de outras.

3.1 - ÁGUA BRANCA E SEU PATRIMÔNIO MATERIAL

Entre Serras e Caatingas, no meio da vegetação nativa, foi erguida a primeira Igrejinha, cuja beleza era simples, porém, sem igual, a beleza da Igrejinha está contemplada em seu Altar, com a imagem de Nossa Senhora do Rosário, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário foi a primeira construção erguida “em plena mata, em 1770, realizada pelo major Francisco Gonçalves Casado”⁸⁵. É com esse discurso claramente afetivo que um pensador contemporâneo descreve um bem patrimonial corresponde à memória dos colonizadores de sertão: brancos, cristãos e de elite. O patrimônio é fruto de escolhas que privilegiam determinados pontos de vista, determinadas memórias de uns e de outros não. É um jogo de poder. As construções das Igrejas não simbolizam somente a fé, mas também a centralidade do poder católico no período colonial, a expansão do gado pelos sertões. A Igrejinha foi fundada em um ponto estratégico, cujas, as direções da Igreja, apontava e apontam para os três núcleos mais importantes do povoamento. Principalmente Várzea do Pico que durante muito tempo serviu de parada das boiadas.

⁸⁴ Constituição Federal, artigos 215 e 216.

www.cultura.gov.br/.../Constituição+Federal.9185e6c0.1cca-4ccd-a109-89f116ae2...

⁸⁵ FEITOSA, Edvaldo de Araújo. **Água Branca: história e memória** / Edvaldo de Araújo Feitosa. – Maceió: EDUFAL, 2014 153 p. : il. p. 88

A Igrejinha do Rosário, como é denominada, foi construída em 1770 pelo major Francisco Gonçalves Casado⁸⁶. Em sua fachada, apresenta frontão triangular e telhado à beira-seveira. Sua inclinação transversal em relação às demais casas direciona os três primeiros núcleos de povoamento da região: Boqueirão, Olaria e Várzea do Pico.⁸⁷

Após 100 anos da primeira construção, foi fundada em 1871, a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, pelo “o então capitão-mor, Joaquim Antônio de Siqueira Torres, o Barão de Água Branca”⁸⁸. Com as construções das Igrejas, logo foram intensificando as construções de “capela, engenhos, fazendas, e propriedades rurais”, com traços do estilo barroco e colonial em suas faixadas.

Outra construção com traços marcantes, é a casa do Barão, que teve início em 1860, porém, a construção só pode ser concluída (3) décadas depois em 1890, pelo engenheiro civil e filho do Barão Luiz de Siqueira Torres. Segundo Feitosa, o prédio da prefeitura também é uma das construções antigas da cidade, desde de 1919, que o prédio representa a política local, o edifício foi construído antes da vila de Água Branca passar para à categoria de cidade.

De acordo com Feitosa, é no centro da cidade de Água Branca, que estão localizados os principais imóveis tombados pela Lei Municipal de nº 388/96, cujo, o “patrimônio histórico, cultural e artístico, consiste em calçamentos, antigos prédios, praças, Igreja do Rosário, Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição, prédio da prefeitura, casa do Barão de Água Branca e casarios do centro histórico da cidade”⁸⁹.

Os bens patrimoniais nos remete ao período histórico da expansão do gado e dos canaviais nos sertões. A formação da cidade de Água Branca se constitui em meio a essa expansão. Dando origem aos povoados, vilarejos e as cidades dos sertões. E nos

⁸⁶ De acordo com Feitosa o Major Francisco Gonçalves Casado, era filho de elite, seus pais eram Francisco Vieira Sandes e Mariana Gonçalves Casado, Feitosa ainda descreve que o Major era um homem religioso e de boa fé cristã.

⁸⁷ FEITOSA, Edvaldo de Araújo. **Água Branca: história e memória** / Edvaldo de Araújo Feitosa. – Maceió: EDUFAL, 2014 153 p.: il. p. 88.

⁸⁸ Idem, p. 48.

⁸⁹ FEITOSA, Edvaldo de Araújo. **Água Branca: história e memória** / Edvaldo de Araújo Feitosa. – Maceió: EDUFAL, 2014 153 p. : il

remetem à memória das elites colonizadoras, mas não atendem a todos os grupos sociais que participaram ativamente do povoamento dos sertões como os negros, índios e brancos pobres. A colonização dos sertões aconteceu, através de todos os grupos e camadas sociais, sem os negros, índios e dos demais povos, essa colonização não aconteceria na escala que aconteceu, se esses indivíduos não estivessem presentes nesse processo de colonização, não teria dado origem a essa sociedade mista. A presença mista dos povos foi indispensável para a colonização. Mas a elite sempre é lembrada, como os principais colonizadores, quando de fato os negros, índios e brancos pobres foram a base para esse processo.

A Lei Municipal de nº 388/96, de 15 de agosto de 1996, e a Lei 447/01, de 18 de abril de 2001 – que dispõe sobre o tombamento municipal desde centro histórico –, o que vemos é o não cumprimento do artigo 3º que diz que ‘os bens do patrimônio público e particular situados nos limites da área tombada ficam sujeitos no pertinente a seu uso gozo, às normas de sua manutenção e preservação do patrimônio histórico e artístico estabelecidas na legislação estadual e federal especificadas’⁹⁰.

O autor Edvaldo de Araújo Feitosa, aponta o descumprimento da Lei Municipal, na gestão administrativa do prefeito José Rodrigues Gomes, que sancionou inclusive à lei de tombamento de nº 447/01, que dispõe no “Art. 1º, que fica tombado o Núcleo Histórico e seu entorno, seus Monumentos Históricos, Sítios Arqueológicos, elevando à condição de Monumento do Patrimônio Histórico e Artístico do Município de Água Branca”⁹¹. Segundo o autor, as obras realizadas durante a gestão administrativa de José Rodrigues Gomes e José Carlos Vieira, ambos os gestores autorizaram a modificações do,

asfalto cobrindo parte do calçamento histórico, circundando as intermediações do prédio da prefeitura municipal, laterais da praça da Igreja do Rosário, frente da casa do

⁹⁰ FEITOSA, Edvaldo de Araújo. **Água Branca: história e memória** / Edvaldo de Araújo Feitosa. – Maceió: EDUFAL, 2014 153 p. : il p.89

⁹¹ Livro de Leis Municipal da cidade de Água Branca/ AL de nº447/01. Acesso 06 de julho de 2017 p.179

Barão e frente da casa de D. América Fernandes Torres, descaracterizando, assim, esse patrimônio público que traduz a história do município desde sua fundação⁹².

A primeira Lei Municipal a ser aprovada foi a de nº 388/96, mas não abrangia os imóveis construídos nos primeiros séculos de colonização de Água Branca, em sua essência a Lei Municipal de Tombo, dispõe do tombamento do centro histórico da cidade, mas não contemplavam as construções que são descritas como casas simples, onde apresentarei no decorrer da pesquisa. Essas descrições estão no livro de tomo que será apresentado posteriormente.

Os imóveis que foram selecionados para o processo de tombamento, eram ligados as famílias vistas como “ilustres”, para a formação da cidade de Água Branca no período colonial e imperial. Portanto “a massa vista de baixo”, não poderiam ter um bem a ser preservado e nem tão pouco uma memória a ser preservada.

As práticas preservacionistas que dispõe na Lei Municipal de nº 388/96, disponibilizam as práticas de preservação e proteção apenas para alguns imóveis, principalmente para os que pertenciam as famílias que colonizaram as terras aguabranquenses. Portanto, havia um jogo político por trás das práticas de proteção das Leis elaboradas para à proteção do patrimônio na cidade de Água Branca, havendo uma intenção por parte do Inventário, em selecionar apenas os imóveis de propriedade das famílias ricas, e, deixar as construções das massas populares fora do alcance das políticas de proteção e preservação do qual o processo tombamento dispõe. Ao selecionar os imóveis para o processo de tombamento é necessário atender alguns caracteres que possam, atender a todas as camadas sociais que definem a história local. É importante escolher imóveis relevantes, como também edifícios que através de suas características representem práticas cotidianas, representações e saberes artesanais do cotidiano de uma determinada comunidade; como a cultura, a dança, a música e outros objetos que possam representar a sua cultura patrimonial, além de suas moradias.

Quando seleciona os bens dos familiares afortunados e não atende as outras camadas populares, o poder público não exclui somente as memórias dos populares do passado,

⁹² FEITOSA, Edvaldo de Araújo. **Água Branca: história e memória** / Edvaldo de Araújo Feitosa. – Maceió: EDUFAL, 2014. 153 p. : il. p.89

mas também exclui dos populares do presente o direito de produção e o acesso à memória.

A Lei Municipal de nº 388/96, “dispõe sobre a preservação do acervo histórico da cidade de Água Branca e adota outras providências”. Os bens catalogados para o processo de tombamento municipal, são a “Praça da Matriz e a Praça Fernandes Lima; a Igreja Nossa Senhora do Rosário; a Igreja Nossa Senhora da Conceição; a Casa do Barão de Água Branca; a Casa da ex-prefeita América Fernandes Torres”.

No Art. 2º da Constituição Municipal da cidade de Água Branca, no Decreto-Lei, consta que “fica terminantemente proibido a realização de reformas dos imóveis integrantes do acervo histórico desta cidade sem a prévia autorização da Secretaria Municipal de Obras, Viação e Urbanismo”.⁹³

A criação das Leis Municipais que disponibilizam a preservação de bens patrimoniais, enfatiza a proibição de qualquer reforma na estrutura dos imóveis tombados, ou construção que venha a prejudicar a estrutura e conseqüentemente as características originais dos imóveis tombados pela Lei Municipal.

No Parágrafo Único da Constituição Municipal fica evidente,

a proibição constante do Caput deste artigo, visa impedir que novas reformas ou construções venham a prejudicar a características externas dos imóveis, preservando dessa forma o patrimônio histórico da cidade, Obra Valiosa deixada pelos nossos antepassados, não somente pela tradição, como também por fazer parte da história sócio - cultural e contemporânea da nossa cidade⁹⁴

O processo de tombamento beneficia, os imóveis com a preservação, proteção, vigilância, entre outros. Mas o que se percebe é que o órgão municipal não está fazendo a fiscalização adequada para manter os bens preservados. O que se vê é a falta de manutenção e fiscalização por parte do órgão municipal, nas construções em que as leis municipais ficam responsáveis por fazer a manutenção, fiscalização, proteção e preservação, e a população por sua vez desconhece as práticas de preservação e proteção do patrimônio.

⁹³ Informações retiradas dos Livro de Projetos de Leis Municipal de Água Branca de nº 388/96. Acesso dia 04 de julho de 2017 p.51

⁹⁴ Idem p. 51

Para que o processo de proteção e preservação aconteça é necessário que o órgão responsável pela preservação atue juntamente com a sociedade, para que ambos possam fazer a fiscalização tanto na preservação e proteção do bem tombado, essa fiscalização deve acontecer por parte da sociedade como também pelo órgão responsável. A população precisa ser atuante neste processo que depende da participação da sociedade e do órgão municipal responsável pela prática.

Mas essa participação não acontece provavelmente devido a exclusão da população neste processo, que acontece de forma hierárquica. No levantamento das construções erguidas no período colonial, para a catalogação dos imóveis que se caracterizam como patrimônio público estão algumas casas que são descritas como casa simples, enquanto que outras apresenta-se de acordo com os seus respectivos donos. Para esse levantamento, foram incluídos outros bens, que nas primeiras leis municipais não estavam inclusos, neste terceiro momento de busca pelo alcance de políticas públicas o inventário está buscando o alcance de políticas na esfera Estadual, e, posteriormente Federal. Mas diante dos empasses que ainda são pertinentes as casas dos pobres, negros, rendeiros em outros esquecidos, não fazem parte desse projeto de proteção e preservação do bem a ser tombado.

As casas dos pobres, dos negros, dos rendeiros, não foram fortes o suficiente para resistir ao tempo, diante disso o que se tem para preservar das bases que foram e continuará sendo indispensável para manter a sociedade?

A memória, as lendas, “as rodas de conversas foras”, depois de uma longa jornada de trabalho, esses eventos eram rotineiros, principalmente pelos pobres, negros e rendeiros, que se juntavam na beira da fogueira para jogar conversas fora na busca incessante pela “liberdade”. Mas como guardar esses eventos? Como preservar essas lembranças? Como proteger esses momentos?

Como já foram mencionados os “ilustres” fazem as construções, os pobres fazem à história, porém, é esquecido dentro dela.

Mas voltando a proposta de ampliar o acervo histórico da cidade de Água Branca, essa proposta em sua essência “atenderá os casarios e construção secular” de Água Branca, mas há sempre as entrelinhas que deixa um ou outro de fora. Que neste caso são as pequenas construções dos menos favorecidos.

Uma pesquisa realizada na cidade de Água Branca, para um levantamento de informações básicas, em relação ao sentimento de pertencimento da cidade⁹⁵ centenária, cujo os bens foram tombados pela Lei Municipal, mas que a população desconhece o poder que a Lei poderia exercer sob os imóveis tombados. Muitos dos entrevistados afirmaram que não conheciam a Lei, e que os casarios, o centro da cidade, as faixadas eram tombados. Diante das informações levantadas através da pesquisa, fica evidente que o processo de tombamento está apenas e unicamente apenas no papel. E a população, não sabe como esse processo aconteceu? E porque foram escolhidos? Qual é a memória a ser preservada? E qual era a real intenção de se preservar os imóveis “das famílias ilustres”? E só os “ilustres” possui bens a serem preservados? Os negros, brancos pobres, e os demais povos não possui nenhum bem que venha ser preservado?

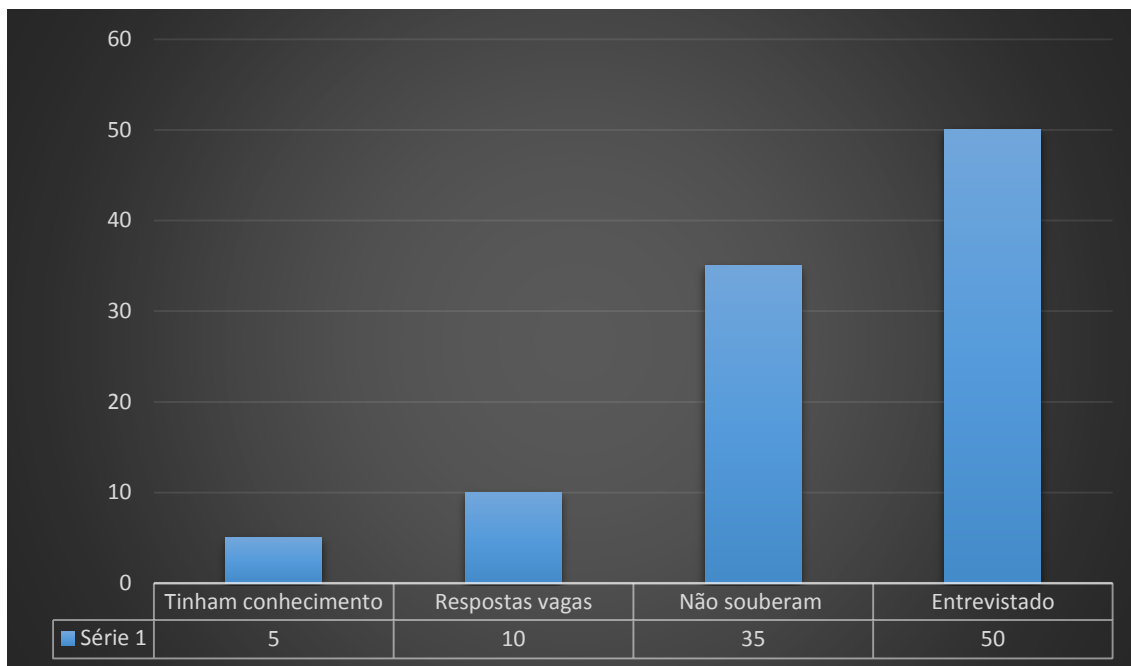
Algumas das perguntas das quais foram realizadas na cidade de Água Branca, eram de carácter simples. O objetivo das perguntas, era para saber até que ponto a sociedade aguabranquenses estavam instruídas, e qual o sentimento que possuíam com relação aos bens patrimoniais.

O resultado desta pesquisa deixa claro que a população, não é instruída com relação a preservação, proteção, fiscalização dos bens patrimoniais existentes na cidade. A fiscalização só pode acontecer quando se tem conhecimento de algo.

3.2 – GRÁFICO QUANTITATIVO

Este gráfico representa o número de pessoas entrevistadas para a obtenção do resultado do questionário aplicado na cidade de Água Branca com homens, mulheres e adolescente de faixa etária diferenciada.

⁹⁵ Pesquisa realizada na cidade de Água Branca, por Leoneide dos Santos Silva, com 50 pessoas aleatórias, no dia 20 de Outubro



O resultado desta pesquisa nos mostrou que boa parte da população, não possui conhecimento dos direitos e deveres como cidadãos ativamente atuante na preservação e proteção de uma memória. Foram 50 pessoas⁹⁶ entrevistadas, quando foi –lhes perguntado sobre o que era patrimônio, 35 dos entrevistados não souberam explicar, 10 pessoas deram respostas vagas do que seria patrimônio, e, apenas 5 pessoas mostraram que conheciam o que é patrimônio e os direitos e deveres que possuem como cidadãos conscientes.

A Igreja Matriz como também a Igrejinha, para muitos dos entrevistados eram construções comuns, das quais não possuíam nenhum tipo de proteção e preservação, portanto consequentemente não sabiam que estavam tombados pela Lei Municipal, e, que haviam as Leis de Tombo, os entrevistados mostraram surpresa diante das informações das leis de proteção dos bens material de cidade de Água Branca. Apenas alguns dos entrevistados, afirmaram ser conhecedores da lei de proteção, afirmaram que “os imóveis tombados não contavam com nenhum apoio municipal, e que também o órgão municipal não exercia a fiscalização, para manter os bens preservados”. Portanto os imóveis não estavam sendo preservado, e a fiscalização de fato não acontecia.

⁹⁶ As 50 pessoas que participaram da entrevista, eram de todas as idades, homens, mulheres e adolescentes.

Em relação ao sentimento de pertencimento, muitos dos entrevistados não souberam responder. Alguns respondiam que “é bom saber que temos uma história e que os órgãos competentes estão preocupados em resgatar essa história através de práticas preservacionistas”. Enquanto outros respondiam que o sentimento era comum, irrelevante.

Diante das informações colhidas através do questionário aplicado na cidade de Água Branca, com pessoas aleatórias e anônimas, fica evidente que a falta de informação, é um dos problemas que a população local, enfrentam nesse processo de reconhecimento, de pertencimento, de uma sociedade historicamente marcada pelos traços do período colonial.

As casas que são descritas como simples, no **Art. 26°** - do Livro de Registro de preservação do Patrimônio material, imaterial e natural do município de Água Branca, estão localizadas no “Centro Histórico, na rua Barão de Água Branca a casa é simples, porém compõem a estrutura arquitetônica da cidade. A rua barão é parte da nossa história e precisa ser mantida”⁹⁷. Os registros dos proprietários destas primeiras casas perderam-se ao longo do tempo, mas era comum que, no período colonial as primeiras casas dos povoados e vilas eram erguidas ao redor do símbolo religioso e administrativo local, e pertenciam a pessoas com poder aquisitivo e de importância social. Os menos abastados ficavam às periferias dos povoados. Dessa forma, por simples que seja uma casa, e se está no centro do sítio histórico, provavelmente corresponde ainda a alguma família com algum poder aquisitivo ou social. Enquanto que os outros imóveis são descritos de acordo com o sobrenome do proprietário, ex: Memorial descritivo - Casa da Família Xavier⁹⁸.

Esse projeto de Lei de nº 09/2016, ainda está passando pelo processo de aprovação, ao todo são mais de 100 bens catalogados, tanto Material, Imaterial e Natural, os memoriais descritivos, estão inclusos Patrimônio Imaterial Vivo, como o Mestre Bogue de São Sebastião, Mestre Dedeca da Senhora Aparecida e o Grupo de Reisado, Mestra Quilombola Marlene Araújo, Reisado Frei Damião do Mestre Eronildo do Lajeiro do Couro seu grupo de Reisado, Mestre Deca de Santa Joana Guerreira, entre outros que também estão no projeto de preservação do Patrimônio Imaterial da cidade de Água

⁹⁷ Livro de Registro de Preservação do Patrimônio Material, Imaterial e Natural do município de Água Branca. Anexo do projeto de Lei nº 09/2016, de junho de 2016 p. 46

⁹⁸ Idem, p. 50.

Branca. Patrimônio Material são as Capelas, as casas e fazendas antigas construídas nos municípios da cidade de Água Branca. A Capela de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, no Tingui, Casa Paroquial do alto dos Coelhos, Capela de Nossa Senhora da Conceição do Batuque, Capela e Ícone de Nossa Senhora de Czestochowa no povoado Preguiçoso. A fazenda Cobra, a fazenda Chupete, a fazenda Boa Esperança. Entre outros patrimônios que também estão compondo o atual acervo histórico de Água Branca.

A preservação de uma memória oficial deve-se atender à todas as camadas sociais, e não apenas a memória da elite, mas também a memória dos agentes ativos que definem a história local. É importante a preservação e o tombamento de bens materiais como os casarões e as vilas dos pequenos operários, que definem a história local e atendem assim a elite e aos populares menos a abastados. Para a elite preservam-se os bens materiais, enquanto que a memória popular só tem espaço no patrimônio imaterial.

O processo de tombamento, traz para o proprietário o sentimento de perda. No sentido de que os bens uma vez tombado, o mesmo não pode sofrer nenhuma alteração em suas estruturas, nenhuma reforma por menor que seja, sem antes passar por uma avaliação minuciosa da secretaria ou do órgão responsável pela fiscalização. Diante desses processos, o dono do imóvel sente-se impotente em relação a fazer qualquer modificação no imóvel. Por isso o tombamento muitas vezes não é aceito pelos proprietários dos bens.

Em uma conversa com o atual Secretário de Cultura da cidade de Água Branca, o senhor Heladio Siqueira Cardeal⁹⁹, na ocasião o secretário falou dos problemas que estavam enfrentando com relação a esse sentimento de perda dos imóveis. Alguns proprietários dos imóveis não querem que os seus bens façam parte dos acervos patrimoniais tombados. Justamente pelo fato de que os bens não podem serem modificados, mas como algumas das construções antigas da cidade já foram modificadas, passaram por reformas recentemente, antes das mesmas fazer parte desse acervo na Lei de nº 09/2016. Com o processo de tombamento essa reforma não será mais possível, sem que antes seja solicitado a presença da secretária ou do órgão fiscalizador para que possa emitir o parecer liberatório e o alvará de construção, acompanhado pelo visto do prefeito.

⁹⁹ Heladio Siqueira Cardeal, atual secretário de Cultura da cidade de Água Branca, 2017-2018

A preservação diante desse sentimento de perda, não acontecerá, enquanto a população não estiver consciente do que é o processo de tombamento, e, quais são os benefícios que o tombamento traz em sua bagagem, sempre existirá em empasses para dificultar o processo de proteção, preservação de uma cultura, de uma memória.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A leitura das Atas de votação do projeto de tombamento, o livro de Leis municipais possibilitaram compreender as relações formadora dos ideais políticos dos patrimônios históricos da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Água Branca. Onde através dos referenciais teóricos conseguimos entender como esse processo patrimonial aconteceu favorecendo, sobretudo, as memórias das elites do passado, e não a todos os grupos que estiveram presentes na formação histórica do município. Foi possível analisar as relações da comunidade através do questionário aplicado com pessoas aleatórias, para fazer o levantamento de informações sob o sentimento de pertencimento de uma história, de uma cultura, onde a preservação desse patrimônio é importante para manter as futuras gerações conhecedora desse processo de direitos e deveres de preservação.

As estratégias usadas para a preservação dos bens patrimoniais, durante muito tempo esteve “desconhecida”. No decorrer do processo da pesquisa, sobre a formação histórica de Água Branca, foram levantadas questões relativa a formação histórica e econômica para o funcionamento do município, notamos a carência de fontes historiográficas, sobre os temas levantados. Há poucos autores que se dedicaram a formação econômica da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Água Branca.

Mesmo em meio a dificuldade de achar as fontes que pudessem auxiliar na construção desta produção textual, conseguimos extrair de outros autores dados e informações que contam o passado da sociedade alagoana e conseqüentemente dos aguabranquenses no período do auge da economia açucareira, do qual os principais fatores econômicos foram alicerçados na pecuária e monocultura, e aos poucos a região foi produzindo outros produtos dando espaço a policultura, a agricultura de subsistência, além dos engenhos.

A investigação realizada também intencionou a ressaltar a necessidade de se avançar e aprofundar as teorizações que envolvem estes temas, proporcionando assim uma historiografia mas ampla para a sociedade aguabranquenses. Na tentativa de compreender melhor os principais fatores econômicos da região até a sua formação histórica.

Desta maneira, a contribuir com a afirmação de que a sociedade precisa de informações para a preservação e proteção dos monumentos. É importante que a sociedade seja conhecedora da importância que é preservar e transmitir através da memória a importância de manutenção e preservação dos bens para que as gerações futuras conheçam os direitos e deveres de cidadãos conhecedor de sua formação histórica.

Ainda que muitos aguabranquenses não se reconheçam dentro dessa história, dessa cultura patrimonial. O patrimônio histórico e cultural da cidade, provém da atividade açucareira e pecuária que durante muito tempo foram as principais atividades econômicas da região.

O patrimônio histórico e cultural da cidade de Água Branca, foram construídos no auge da produção açucareira no alto sertão alagoano. E o resgate juntamente com a valorização da memória cultural é de fundamental importância absorver o máximo possível de valores históricos -culturais referentes a formação histórica de Água Branca.

Principalmente por ser marcada por uma presença forte da escravidão, o patrimônio histórico e cultural de Água Branca, traz essa presença mesmo de forma ilegível. Diante disso é dever da sociedade abraçar e difundir o sentimento de pertencimento para que as gerações futuras conheçam a sua própria história. De modo a contribuir para a construção de uma identidade forte, proporcionando assim uma sensação de pertencimento.

Essa investigação possibilitou perceber a carência de informações, e consequentemente a falta de políticas públicas voltadas para a fiscalização, proteção, e preservação dos imóveis e principalmente informações básicas das quais a população local precisam terem acessos.

REFERÊNCIAS

FONTE PRIMÁRIA

Livro de Leis Municipais da cidade de Água Branca, de nº 388/96 e 447/01 .

Ata de votação do Projeto de Leis Municipais, da Câmara de Vereadores de Água Branca.

Livro de Registro de Preservação do Patrimônio Material, Imaterial e Natural do Município de Água Branca.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Antônio Albuquerque da Costa. **Formação Territorial do Brasil** / Antônio Albuquerque da Costa; Paulo Sérgio Cunha Farias. - Campina Grande: EDUEP, 2009 p. 385.: il.

Kalina Vanderlei da Paiva Silva. **'Nas Solidões Vastas e Assustadoras: os pobres do açúcar e a conquista do sertão de Pernambuco nos séculos XVII e XVIII.** TESE apresentada ao programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2003.

Catarina Agudo Meneses. **A cultura do Açúcar: uma herança dos os antigos engenhos de Alagoas.** Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, V ENECULT. Faculdade de Comunicação / UFBA, Salvador-Bahia-Brasil, 2009.

Mônica Duarte Dantas. **Povoamento e Ocupação do Sertão de dentro baiano (Itapicuru, 1549-1822).** PENÉLOPE, Nº 23, 2000, 9 – 30

Ana Isabel Parente Cortez. **Os caminhos sertão à dentro: vias abertas por nativos e estradas de ribeiras no Ceará no século XVIII.** Revista Latina – Americana de História. Vol. 2, nº.8 – outubro de 2013. PPGH. Unisinos

José Vieira Camelo Filho. **A dinâmica política, econômica e social do rio São Francisco e do seu Vale.** Revista do Departamento de Geografia, 17 (2005) p. 83-93

Luanna Maria Ventura dos Santos Almeida. **O imposto da dízima, o contrato e os caminhos e descaminhos na alfândega de Pernambuco na primeira metade do setecentos** / Luanna Maria Ventura dos Santos; Suely Creuza Cordeiro de Almeida. ANAIS II Encontro Nacional de História do Sertão (ENHS) Delmiro Gouveia, 13 a 16 de Outubro de 2015 – ISSN 2525-5274.

Adriano Bittencourt Andrade. **A ocupações dos sertões no século XVIII: O caso do Oeste Baiano.** GEOSUL, Florianópolis, v. 28, n. 55, p. 77 – 102 jan./ jun. 2013 p. 91

Filipe Antônio Caetano. **“Como Serve para Amparo de seus Leais Vassalos, Esperamos a Grandeza de sua Real Magestade ...”:** Estrutura Política e Constituição Administrativa na Comarca das Alagoas (Séculos XVII-XVIII).

DIEGUES JÚNIOR. **O banguê nas Alagoas: traços do sistema econômico do engenho de açúcar na vida e na cultura regional.** Rio de Janeiro: IAA, 2002. P.318

Filipe Antônio Caetano. **Existe uma alagoas colonial?**

Fernando José de Lira. **Formação da riqueza e da pobreza de Alagoas/** Fernando José de Lira. - Maceió: EDUFAL, 2007. 320 P.

Filipe Antônio Caetano. **Alagoas colonial: Identidades, sociedade e particularidades.**

Caio Prado Júnior . **História econômica do Brasil.** São Paulo, Editora Brasiliense.

Maíra Michelle Pereira da Silva. **Estratégias negras em Água Branca: Notas para uma história da escravidão na freguesia de Nossa Senhora da Conceição/ Água Branca nos sertões das Alagoas (1864-1865).** Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de História, Licenciatura. Delmiro Gouveia, 2015. p. 25

Nelson. W. Sodré. **Formação histórica do Brasil.** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976. P. 70

Stuart B. Schwartz. **Segredos internos: Engenhos e escravos na sociedade colonial. 1550 – 1835**/ Stuart B. Schwartz: tradução Laura Teixeira Motta. – São Paulo: Companhia das Letras 1988.

Isabel Guillen. **500 anos Um novo mundo na TV.** / Isabel Guillen. Silvia Couceiro. - / Brasília: MEC. Secretaria de Educação a Distância. 2001.

Diogo Meneses Costa. **Arqueologia Patrimonial: o pensar do construir.** Revista Habitus, v.2, p.333-360, 2004.

Maria de Lourdes Netto; Karoliny Dinis Carvalho Simões. **Lugar de Memória e Política Pública de preservação do Patrimônio: Interfaces com o Turismo Cultural.** p. 02. VIII Seminário da associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo. Outubro/2011 – UNIVALI – Balneário Camboriú/ SC

Adriana Rodrigues de Jesus. **As identidades em disputa no projeto de preservação do patrimônio imaterial no Brasil.** XXVIII Simpósio Nacional de História; Florianópolis – SC. Julho de 2015

Alejandra Saladino. **Prospecções na arqueologia brasileira: processos de resignificação e práticas de preservação do patrimônio arqueológico.** Trabalho apresentado na 26ª Reunião de Antropologia, realizada entre os dias 1 e 4 de junho de 2008, Porto Seguro, Bahia, Brasil.

Kennya Maria de Moura Braz. **Conceitos e características nos bens públicos.** Revista do Curso de Direito. Faculdade de Administração e Negócios de Sergipe. FANESE – Sergipe, ISSN: 2236-3173, vol. 5 nº

Jacques Lee Goff. 1924. **História e memória** / Jacques Lee Goff; tradução Bernardo Leitão ... [et al.] – Campinas, SP Editora da UNICAMP. 1990.

Art. 215 e 216, da Constituição Federal

Regina Abreu. **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos** / Regina Abreu, Mário Chagas (orgs.) – 2 . ed.- Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. 320p.: il.